



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

CURSO DE PEDAGOGIA

NORMA SUELI MENDES DA SILVA

**REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO E LIBERDADE EM
HANNAH ARENDT**

SALVADOR

2023

NORMA SUELI MENDES DA SILVA

**REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO E LIBERDADE EM
HANNAH ARENDT**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Licenciatura de Pedagogia, apresentado no colegiado da Faculdade de Educação (FACED), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Vanessa Sievers de Almeida.

SALVADOR

2023

NORMA SUELI MENDES DA SILVA

REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO E LIBERDADE EM HANNAH ARENDT

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia. Aprovada em 07 de dezembro de 2023.

Banca examinadora

Dra. Vanessa Sievers de Almeida

Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo – USP

Universidade Federal da Bahia – Bahia

Dra. Alessandra Carbonero Lima

Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo – USP

Universidade Federal da Bahia – Bahia

Ma. Vera Lucia Mutti de Lima Malaquias

Mestra em Educação pela Universidade Federal da Bahia – UFBA

Professora da Rede Municipal de Ensino de Salvador – Bahia



ATA DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, às dez horas, na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, foi realizada, na sala quinze da Faculdade de Educação, a apresentação do Trabalho de Conclusão do Curso de **Licenciatura em Pedagogia** da(o) graduanda(o) **Norma Sueli Mendes da Silva** perante a Banca Avaliadora composta pelas(os) professoras(es): Alessandra Carbonero Lima, Vera Lúcia Santos Mutti Malaquias e por mim Vanessa Sievers de Almeida, professor(a)-orientador(a) do Trabalho de Conclusão do Curso intitulado **Reflexões sobre educação e liberdade em Hannah Arendt**. Após a apresentação a Banca Avaliadora divulgou os seus pareceres avaliando o referido trabalho monográfico, concluindo que o mesmo foi aprovado (aprovado/reprovado) com média 9,0 (nove). E nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada e eu lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos seguintes interessadas/os: orientador(a), orientanda(o) e professoras(es) avaliadoras(es).

Salvador, 07 de dezembro de 2023

Vanessa S. Almeida

Norma Sueli Mendes da Silva


Assinatura

Vera Lúcia Santos Mutti Malaquias

Vanessa Sievers de Almeida

Norma Sueli Mendes da Silva

Alessandra Carbonero Lima

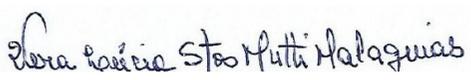
Vera Lúcia Santos Mutti Malaquias

PARECERES DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE PEDAGOGIA

Orientando(a): **Norma Sueli Mendes da Silva** Orientador(a) **Vanessa Sievers de Almeida**

Título do Trabalho de Conclusão do Curso: **Reflexões sobre educação e liberdade em Hannah Arendt**

Data: 07/12/2023 Horário: 10:00 horas Local: Sala 15 da Faculdade de Educação da UFBA

Parecer nº 01*	Parecer nº 02*	Parecer nº 03*
<i>A banca aprova o Trabalho de Conclusão de Curso de Norma Sueli Mendes da Silva, e realça a importância do tema para o campo da Filosofia da Educação. Para a versão final, sugere nova revisão técnica e de língua. Destaca ainda que a estudante realizou uma ampla pesquisa bibliográfica e que o trabalho tem potencial de suscitar questões e reflexões acerca dos desafios da educação contemporânea.</i>	<i>A banca aprova o Trabalho de Conclusão de Curso de Norma Sueli Mendes da Silva, e realça a importância do tema para o campo da Filosofia da Educação. Para a versão final, sugere nova revisão técnica e de língua. Destaca ainda que a estudante realizou uma ampla pesquisa bibliográfica e que o trabalho tem potencial de suscitar questões e reflexões acerca dos desafios da educação contemporânea.</i>	<i>A banca aprova o Trabalho de Conclusão de Curso de Norma Sueli Mendes da Silva, e realça a importância do tema para o campo da Filosofia da Educação. Para a versão final, sugere nova revisão técnica e de língua. Destaca ainda que a estudante realizou uma ampla pesquisa bibliográfica e que o trabalho tem potencial de suscitar questões e reflexões acerca dos desafios da educação contemporânea.</i>
Conclusão: (X) Aprovado/ () Reprovado Nota: 9,0  Assinatura Alessandra Carbonero Lima	Conclusão: (X) Aprovado/ () Reprovado Nota: 9,0  Vera Lúcia Santos Mutti Malaquias	Conclusão: (X) Aprovado/ () Reprovado Nota: 9,0  Vanessa Sievers de Almeida

* Observação: A banca escreveu um parecer conjunto.

Dedico este trabalho primeiramente a Deus e Suas Potencialidades Espirituais, pois sem Eles eu não teria capacidade para desenvolver este trabalho. Dedico “in memoriam” a minha querida avó paterna Lúcia Rodrigues da Silva que me ensinou sobre valores espirituais e fraternidade universal. Dedico também aos meus filhos Lucas Mendes Pereira e Leonardo Mendes Pereira que me incentivaram em todo percurso do curso e não permitiram que eu desistisse. Aos familiares e amigos pelo estímulo em concluir o curso de pedagogia. E, finalmente dedico este trabalho a minha Orientadora Vanessa Sievers de Almeida pelo dedicado e exitoso aprendizado ao longo de todo processo de elaboração de orientação.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus, pela minha vida, e por me auxiliar a ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo do curso.

Aos meus pais, pela oportunidade do nascimento e pelo amor incondicional.

À minha professora e orientadora Dra. Vanessa Sievers de Almeida, pela competência, empatia, confiança e maestria ao me ensinar cada etapa de orientação sobre coerência, compromisso e responsabilidade ao longo de todo processo do aprendizado.

Ao coordenador do curso de pedagogia noturno, professor Dr^o. Vítor Benvindo, pela atenção e dedicação com competência para resoluções acadêmicas e pedagógicas, junto ao colegiado do curso em atendimento aos estudantes.

Às professoras e professores da FACED/UFBA, pelos ensinamentos e compromisso com a formação de qualidade, nos estimulando a refletir criticamente pela promoção de um fazer pedagógico pautado numa educação humana e emancipatória.

Aos colegas da FACED/UFBA, pelo compartilhamento junto aos ensinamentos ministrados ao longo de todo curso.

Aos funcionários da FACED, pelo compromisso em fazer o melhor pela nossa instituição.

E a todas as pessoas que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

Ao professor Dr. Adriano Correia, por ter me despertado pelo interesse em pesquisar sobre a filósofa Hannah Arendt desde o início da década dos anos 90; bem como, ter me acolhido num grupo de estudos sobre Hannah Arendt, todavia por motivo de ordem superior, durou muito pouco tempo devido aprovação em concurso como professor de filosofia da Universidade Federal de Goiás.

Ao meu amado irmão, Luis Antonio Mendes da Silva, “in memoriam”, pela amizade e carinho que sempre nos uniu por todos os momentos da vida.

O novo sempre aparece contra esmagadoras chances estatísticas e suas probabilidades, que, para todos os efeitos práticos, todos os dias equivalem à certeza; o novo, portanto, sempre aparece sob o disfarce de um milagre.

Hannah Arendt

SILVA, Norma Sueli Mendes da. REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO E LIBERDADE EM HANNAH ARENDT. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Licenciatura em pedagogia). Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia (FACED/UFBA), Salvador, 2023.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso de pedagogia tem como objetivo refletir sobre os conceitos de educação e liberdade em Hannah Arendt, bem como sobre as possíveis relações entre esses dois conceitos. Além disso, pretende abordar a noção de natalidade como interface entre educação e liberdade. Entendem-se as análises críticas desenvolvidas, sobre educação e liberdade em Hannah Arendt, enquanto uma possível dimensão da filosofia da educação presente no pensamento dessa filósofa e teórica política contemporânea. Ainda levam-se em consideração as diversas transformações que vêm ocorrendo no século XXI, em que o cenário da educação, principalmente, nos denominados países emergentes, passa por reconfigurações e, também, os variados problemas desta área, como os destacados por Arendt (2005), em seu ensaio sobre a crise na educação presente no mundo moderno. Deste modo, trataremos dos conceitos a partir dos ensaios intitulados “A Crise na Educação” e “Que é Liberdade?”. Estudam-se também alguns dos principais especialistas da filósofa Hannah Arendt sobre essas concepções teóricas, bem como, outros autores que contribuam para auxiliar na educação dos dias de hoje.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Liberdade. Natalidade. Hannah Arendt.

SILVA, Norma Sueli Mendes da. REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO E LIBERDADE EM HANNAH ARENDT. Work and Completion of Course – TCC (Degree in Pedagogy). Faculty of Education, Federal University of Bahia (FACED/UFBA), Salvador, 2023.

ABSTRACT

This pedagogy course conclusion work aims to reflect on Hannah Arendt's concepts of education and freedom, as well as on the possible relationships between these two concepts. Furthermore, it intends to address the notion of natality as an interface between education and freedom. The critical analyzes developed on education and freedom in Hannah Arendt are understood as a possible dimension of the philosophy of education present in the thinking of this contemporary philosopher and political theorist. The various transformations that have been occurring in the 21st century are also taken into account, in which the education scenario, mainly in the so-called emerging countries, is undergoing reconfigurations and, also, the varied problems in this area, such as those highlighted by Arendt (2005), in his essay on the crisis in education present in the modern world. In this way, we will deal with the concepts based on the essays entitled “The Crisis in Education” and “What is Freedom?”. Some of the main experts from the philosopher Hannah Arendt on these theoretical concepts are also studied, as well as other authors who contribute to assisting in today's education.

KEYWORDS: Education. Freedom. Natality. Hannah Arendt.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
I EDUCAÇÃO.....	16
II LIBERDADE.....	34
III NATALIDADE COMO INTERFACE ENTRE EDUCAÇÃO E LIBERDADE..	46
CONCLUSÃO.....	62
REFERÊNCIAS.....	66

INTRODUÇÃO

Tendo em vista que a finalidade desta pesquisa é refletir sobre educação e liberdade no pensamento da filósofa contemporânea, Hannah Arendt, numa dimensão da reflexão da filosofia da educação, necessário se faz debruçarmos nossa atenção para as questões desafiadoras e centrais deste cenário sobre os ensaios: “A crise da educação” e “Que é liberdade?”, presentes na sua obra, *Entre o passado e o futuro*, bem como sobre outras leituras significativas de Hannah Arendt as quais promovem ampla construção dos saberes expressivos sobre a essência educacional e a política. Esperamos que esses saberes, por sua vez, possam contribuir para a docência em prol do desenvolvimento humano, em especial das crianças e de jovens como promessa de inovação do mundo.

Desta forma, se faz importante averiguar a dimensão da filosofia da educação, buscando conferir algumas das questões básicas educacionais que se encontram subjacentes ao fazer pedagógico, entre elas à indagação sobre o que é a filosofia. Segundo Aranha e Martins (1993, p. 130), “a filosofia é, sobretudo uma atitude, um pensar permanente. É um conhecimento instituinte, no sentido de que questiona o instituído”. Trata-se, portanto, de um saber que buscamos conceber através de uma lógica reflexiva de uma dada realidade.

Considerando o papel da filosofia da educação, assevera a professora Marilena Chauí (2000) que se trata de uma pergunta interessante, e comenta que não se pergunta sobre a finalidade de outra área, “mas todo mundo acha muito natural perguntar: Para que Filosofia?” (Chauí, 2000, p. 10). Podemos interrogar, também, acrescentando a educação. A resposta, nas palavras de Chauí (2000), é que a filosofia nos auxilia acerca da avaliação dos fundamentos dos atos, assim como dos fins a que eles se destinam.

A filosofia também está relacionada à visão integral de uma dada apreensão da realidade a ser descortinada. Assim, a filosofia é seguramente uma ferramenta importante e nos proporciona sustentabilidade frente à fragmentação do conhecimento. Pena-Vega, Almeida e Petraglia (2003) salientam a gravidade dos efeitos da fragmentação do saber que, também, terminam influenciando o nosso sistema educacional e, conseqüentemente, as formas de abordagens e apreensão do conhecimento o qual termina sendo também compartimentado, e dizem que, “[...] nosso sistema educacional ensinou-nos a isolar os objetos, separar os problemas, analisar, mas

não a juntar. [...] A hiperespecialização impede que se veja o global (que ela fragmenta em parcelas), assim como o essencial [que ela dissolve]” (Pena-Vega; Almeida; Petraglia, 2003, p. 149).

De acordo com a problemática do tema, a formação docente contemporânea exige cada vez mais uma ação educacional que possa acompanhar a crescente evolução tecnológica, necessitando desenvolver habilidades e competências dos estudantes e professores, para tomada de decisão frente aos desafios e às novas expectativas das modalidades de ensino e aprendizagem.

Essas perspectivas educativas se relacionam para o enfrentamento do desenvolvimento do aprendizado, assim como, exigindo cada vez mais um desempenho de excelência, posturas flexíveis e uso da criatividade e resolução de problemas, principalmente na sala de aula junto às crianças e jovens, para que surja a possibilidade para que o novo possa mostrar-se no “chão” velho, sempre que se fizer necessário. Nesse sentido, também queremos abordar a relação entre educação e a ação daqueles que têm a possibilidade de agir com pluralidade, isto é, os atores sociais que assumem responsabilidade e compromisso, especialmente, para auxiliar na transformação do mundo.

De acordo com professor Luckesi (1994, p. 116), “a ação do educador só poderá ser bem realizada se tiver um compromisso político que o direcione [...] ou quer a permanência dessa sociedade com todas as suas desigualdades ou trabalha para que a sociedade se modifique”, portanto, a mediação educacional decerto auxilia na tomada de uma ação plural transformadora da sociedade e conseqüentemente melhoria no mundo. Nessa perspectiva, refletiremos sobre uma possível contribuição das instituições educacionais para a ação política futura dos seus educandos.

Desse modo, o fator educacional não pode deixar de participar desse novo cenário do século XXI que traz no seu bojo, além das muitas transformações, aspectos da dimensão humana e da responsabilidade social como fatores decisivos de atuação e legitimidade no âmbito educacional. Assim sendo, conforme o professor Luckesi, (1994, p. 30), o processo de se exercitar o filosofar requer um agir com uma expectativa de “esforço de inventário, crítica e reconstrução de conceitos, auxiliados pelos pensadores que nos antecederam. Eles têm uma contribuição a nos oferecer, para nos auxiliar em nosso trabalho de construir nosso entendimento filosófico do mundo e da ação”.

Deste modo, através do ato do pensar a filosofia, de modo geral, aspira alcançar o sentido, bem como a compreensão do significado mais profundo acerca dos fenômenos que se nos apresentam no mundo. Faz-se importante buscar saber como funcionam, o que significam na ordem geral do mundo humano, tendo em vista que é mundano, portanto, dotado de ação e tensão, discussão, renovação e inovação para viabilizar possíveis transformações no mundo.

De tal modo, a filosofia provoca e enuncia juízos de valor ao julgar cada fato, cada ação em relação a si mesmo, ao outro - *alter*, no mundo fenomênico como um todo. Vai além daquilo que é para propor como poderia ser; permite ao ser humano compreender melhor a si mesmo, a sociedade e o mundo que o cerca, estimulando uma maior autonomia do sentir, pensar, agir na sociedade assim como na esfera pública enquanto ser plural.

Assim, se confirma a escolha de escrever o meu TCC no campo da filosofia da educação. Até porque tenho experiências no processo do ensino e do aprender-aprender, tendo algumas formações no campo educacional, como por exemplo: a licenciatura em filosofia com atuação comprovada de ensino, junto à educação básica e superior, e, formação continuada de professores e professoras das diversas áreas do ensino no que diz respeito aos fundamentos educacionais do ensino da educação básica e superior.

Tais questões se tornaram importantes e, também, se encontram presentes no âmbito do que se pretenderam pesquisar neste trabalho, junto ao pensamento de uma das maiores intelectuais da atualidade, Hannah Arendt, filósofa e escritora alemã de origem judaica.

De acordo com alguns levantamentos da biografia de Arendt, a teórica sofreu com o regime nazista que lhe retirou a nacionalidade em 1937, o que a tornou apátrida até conseguir a nacionalidade norte-americana em 1951. Estudou filosofia e teologia com importantes filósofos e teólogos, como: Heidegger, Jaspers e Bultmann. Em 1968, tornou-se professora de filosofia na New School for Social Research em Nova York.

Arendt trabalhou, entre outras atividades, como jornalista e professora universitária e publicou obras importantes sobre filosofia, principalmente na área da teoria política. Em 1959, recebeu o “Prêmio Lessing” da cidade de Hamburgo em 1959;

também recebeu o “Prêmio Sonning”, concedido pelo Editor Carl Johan Sonning, em 19 de abril de 1975, através da Universidade de Copenhague na Dinamarca.

De acordo com WAGNER, (2006, p. 43), “Hannah Arendt reconhece, a disposição do filósofo para as coisas eternas e para experimentar o espanto (thaumadzein) diante daquilo que é como é”.

Quanto às questões-problema deste trabalho, verificou-se de que maneira os escritos de Hannah Arendt sobre educação e liberdade, se constituem em ferramentas para se pensar a educação nos dias de hoje. Assim, buscou-se questionar: podemos entender a natalidade como interface entre educação e liberdade? Tais questionamentos se desdobram em outros, a saber: o que podemos compreender, respectivamente, sobre os ensaios: “A crise na educação” e “Que é liberdade?”. Qual é a concepção de liberdade no pensamento de Hannah Arendt? E, quais são os conceitos de liberdade que se encontram inseridos no seu ensaio, “*Que é liberdade?*” A partir dessas discussões arendtianas, quais compreensões podemos ter sobre a natalidade enquanto possível interface entre educação e liberdade?

Segundo o pensamento de Hannah Arendt (2005), no centro da ética está a noção da responsabilidade, que está vinculada ao amor ao mundo. A pensadora compreende a educação como momento chave em que decidimos se amamos o mundo de forma o suficiente para cuidar com responsabilidade por ele e, com tal postura, salvá-lo da ruína que seria inevitável se não fosse à renovação e a vinda de novos e dos jovens. Também precisamos decidir, se nós amamos as nossas crianças o bastante, para não abandoná-las aos seus próprios recursos. Cabe a nós desvelarmos as habilidades, competências e, também, as ferramentas educacionais necessárias, para pensarmos a educação nos dias atuais.

O segundo aspecto se deu em função da oportunidade de resgatar os estudos em Hannah Arendt, cujo interesse começou cerca de 20 anos atrás quando participei de um grupo de estudos junto ao Programa de pós-graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), liderado pelo Professor Dr. Adriano Correia, pesquisador, tradutor e organizador de algumas obras de Hannah Arendt e sobre o pensamento dela. O grupo foi finalizado quando o Professor Dr. Adriano Correia passou em concurso público em Instituição Federal de outro Estado. Também, mais recentemente em 2016, ingressamos em um grupo de estudos na Faculdade de Educação (FACED-UFBA), liderado pela Professora Dra. Vanessa Sievers de Almeida, especialista em Hannah Arendt.

Quanto à relevância de desenvolver esta pesquisa, tendo como objeto o pensamento da filósofa Hannah Arendt, é deveras significativa, devido à oportunidade de aprofundar meus estudos no âmbito da filosofia desta relevante pensadora dos tempos contemporâneos. Trata-se de uma teórica que adquiriu status de autor clássico e desfruta de consenso em torno da importância de sua obra. Segundo Celso Lafer, professor emérito da Universidade de São Paulo e um dos principais tradutores das obras de Hannah Arendt, os escritos desta teórica política continuam reverberando nos problemas com os quais nos defrontamos.

Segundo alguns especialistas sobre a biografia de Hannah Arendt, nos indicam que a pensadora foi uma das principais teóricas da filosofia política do século XX, levando em consideração que suas obras são fundamentais para refletir sobre algumas das principais questões filosófico-educacionais contemporânea.

Os estudos ora pretendidos acerca das reflexões filosófico-educacionais sobre educação e liberdade à luz do pensamento de Arendt, poderão trazer inúmeras contribuições no campo do ensino da filosofia da educação dentre outras abordagens e áreas correlatas.

Desta maneira, esperamos poder evidenciar com este trabalho, a valiosa contribuição que essas análises poderão trazer, para auxiliar mais amplamente a inserção de tais temáticas no campo da pesquisa em educação, junto ao curso de Pedagogia, dentre outros importantes cursos de graduação e pós-graduação, bem como buscar refletir acerca das noções tematizadas, principalmente sobre os conceitos de educação e política à luz do pensamento de Hannah Arendt. Assim, vale aqui considerar o que nos evidencia Teles (1999, p. 77): “ao estudar as teorias, vamos não somente ter parâmetros para as nossas reflexões, mas a compreensão mais profunda de que as questões que nos atormentam são eternas”.

Para tanto, eis o nosso objeto do trabalho de conclusão do curso, estudar e discutir as reflexões sobre educação e liberdade em Hannah Arendt, tendo como estrutura do trabalho três capítulos, a saber: Capítulo 1 – Educação. Capítulo 2 – Liberdade. Capítulo 3 – Natalidade como interface entre educação e liberdade.

Dessa forma, a presente pesquisa, conforme já mencionado, visa descrever as características e analisar sobre as categorias de educação e liberdade no pensamento da filósofa contemporânea, Hannah Arendt, em uma perspectiva de reflexão filosófico-

educacional, portanto dialogando com alguns dos principais especialistas em Hannah Arendt, filósofos e demais teóricos sobre a educação da atualidade.

Considerando a educação sempre como pauta inacabada de discussões reflexivas, reflete Teles (1999, p. 11) que, “a investigação filosófica, pois, consiste em tomar como objeto da consciência o próprio ato de consciência das coisas, é uma busca do significado imutável das coisas em si. Ela é uma atitude, um ato de reflexão e apreensão, metodicamente controlado”.

Arendt analisa a crise contemporânea da educação como oportunidade para refletir sobre a profundidade da educação. Em nosso trabalho queremos fazer algo semelhante, contudo sem a pretensão de se esgotar o tema, uma vez que temos como promessa, expressar metaforicamente, o cultivo do “chão” novo para viabilizar sementes que possam germinar o novo. Sendo assim, Hannah Arendt (2005, p. 223) afirma, que “a essência da educação é a natalidade, o fato de que seres nascem para o mundo”. Destarte, é através da educação que as crianças começam a habitar um mundo que é velho e que ainda permanece incógnito para os recém-chegados pelos “chãos novos”.

Uma educação pautada nessas competências de se cultivar o “chão” novo é o primeiro passo para o desenvolvimento do senso crítico-reflexivo do educador pautado em valores humanos e profissionais, pois estamos em constante busca de aprimoramento, que favoreça um profícuo desenvolvimento humano e atenda às necessidades para o exercício da formação de uma cidadania responsável. Eis que Galeffi (2003) tece um comentário baseado no pensamento da educação brasileira, do professor Paulo Freire:

Entre outras coisas, as palavras de Paulo Freire indicam para uma diferença de atitude diante dos fenômenos que nos constituem. Trata-se de sairmos da atitude ingênua em que comumente nos inserimos e adentrarmos na atitude crítica. É preciso não apenas mirar o sentido do educar, mas ad-mirar o campo da mira em sua eclosão e recolhimento. Ou seja, é preciso que, além de professores, possamos ser também educadores. É preciso, assim, que aprendamos ad-mirar o que se encontra na mira do nosso desejo: o educar. Portanto, não basta apenas mirar, como diz Freire, é preciso, antes de tudo ad-mirar o educar, isto é, saber-ser próprio e apropriado – partir sempre do acolhimento de si mesmo, e, em si mesmo, permanecer além de si mesmo. O ad-mirar implica o ser que nós mesmos podemos ser na clareira do evento humanidade (Galeffi, 2003, p. 50).

As reflexões filosófico-educacionais acerca da educação e liberdade em Hannah Arendt, ora abalizadas no trabalho, não esgotam as discussões e a busca incessante por

outras reflexões no que tange a um projeto educacional que possa subsidiar uma educação voltada para a responsabilidade social e da dimensão ético-humanística no âmbito da educação das crianças e jovens, bem como na formação continuada de professores que, sobretudo atuam na educação básica quiçá na devida educação das futuras promessas de transformações no mundo.

I EDUCAÇÃO

Este capítulo tem como objetivo refletir acerca da concepção de educação, à luz do pensamento de Hannah Arendt, propondo uma análise filosófico-educacional e política. Em vista dessa proposta, consideraremos alguns dos seus principais conceitos relacionados ao tema da educação, como, por exemplo, a crise na educação, a política e a natalidade. O texto tem como ponto de partida os estudos e discussões realizados junto às aulas sobre educação e liberdade, ministradas pela professora Vanessa Sievers de Almeida. Vale aqui mencionar quais foram os textos de Hannah Arendt estudados sobre educação e liberdade: “Que é liberdade?” e “A Crise na Educação”, presentes no seu livro, *Entre o Passado e o Futuro* (2005), dentre outros textos analisados como aportes importantes para a compreensão dos estudos desenvolvidos pelos estudantes.

Enfatizamos que a finalidade deste trabalho é buscar apreender as análises críticas desenvolvidas sobre a educação por Hannah Arendt, enquanto contribuição na dimensão filosófica-educacional contemporânea, do pensamento crítico, presente no seu ensaio, “A Crise na Educação”. A filósofa inicia esse texto tecendo relevantes considerações sobre a crise na educação e cita a América como exemplo de crise no nosso sistema escolar, à luz do seu pensamento político:

Por mais claramente que um problema geral possa se apresentar em uma crise, ainda assim é impossível chegar a isolar completamente o elemento universal das circunstâncias específicas em que ele aparece. Embora a crise na educação possa afetar todo o mundo, é significativo o fato de encontrarmos sua forma mais extrema na América, e a razão é que, talvez, apenas na América uma crise na educação poderia se tornar realmente um fator na política. Na América, indiscutivelmente a educação desempenha um papel diferente e incomparavelmente mais importante politicamente do que em outros países. Tecnicamente, é claro, a explicação reside no fato de que a América sempre foi uma terra de imigrantes; como é óbvio, [busca] a fusão extremamente difícil dos grupos étnicos mais diversos, [...] superando continuamente as expectativas [...] mediante a instrução, educação e americanização dos filhos de imigrantes [...] (Arendt, 2005, p. 223).

Nesse sentido, enquanto educadora e, também, estudante, acreditamos que, de acordo com o contexto do pensamento crítico da sua teoria política, Hannah Arendt afere a crise da educação como um problema de ordem político e não somente como um problema pedagógico. Podemos dizer que no contexto brasileiro o problema é político, considerando que vemos emergir o alheamento da educação em si, haja vista as

intercorrências de conflitos sociais, culturais, inversão de valores e o processo de ensino e aprendizagem, que culminam, por vezes, em estranhamentos com as metodologias pedagógicas, bem como, as formas pensantes das pedagogias aplicadas na atualidade.

As necessidades prementes e preexistentes no mundo, sobretudo, quando há uma variedade de diversidades culturais, étnicas, de gêneros, bem como em condições precárias na esfera socioeconômica, acarretam maiores cuidados na educação escolar por parte daquelas pessoas adultas, imbuídas de responsabilidade social. Nesse sentido, é imprescindível educar as crianças que advém como novidade, para serem inseridas no mundo velho e possivelmente compreender a história desse mundo, e, talvez, para serem levadas às transformações necessárias para realizarem inaugurações e, assim, renovarem o mundo.

Desse modo, vale aqui, também, considerar os contextos das diversas transformações que vêm ocorrendo no presente século em que o cenário da educação, principalmente, nos países emergentes, passa por reconfigurações. Além disso, surgem variados problemas desta área, como por exemplo, indisciplina dos estudantes com inversão dos valores éticos, evasão escolar, violências nas escolas - em uma boa parte, cenários em escolas noticiadas nos principais veículos de comunicação, dentre outros problemas, ilustrados no cotidiano do cenário escolar da atualidade.

Como vimos, Arendt se ocupou com o tema da educação em um ensaio (1958) denominado de “A Crise na Educação”. Nas páginas iniciais, ao mencionar a crise periódica do sistema escolar norte-americano, a autora alerta para o fato de que a crise na educação precisa ser examinada à luz do impacto das experiências políticas no século XX, a saber, a agitação revolucionária que sucedeu a Primeira Guerra Mundial, os campos de concentração e de extermínio. Arendt, já em sua obra *As origens do totalitarismo*, alerta que, apesar do fim dos regimes totalitários, o totalitarismo continua existindo como possibilidade:

[...]. A crise do nosso tempo e a sua principal experiência deram origem a uma forma inteiramente nova de governo que, como potencialidade e como risco sempre presente, tende infelizmente a ficar conosco de agora em diante, como ficaram, a despeito de derrotas passageiras, outras formas de governo surgidas em diferentes momentos históricos e baseadas em experiências fundamentais – monarquias, repúblicas, tiranias, ditaduras e despotismos (Arendt, 2004a, p. 531).

Enfatizamos que, nessa obra, Arendt (2004a) busca examinar as origens históricas e as características políticas comuns dos principais regimes totalitários do século XX, o nazismo e o stalinismo. Trata-se de um sistema político cuja forma de governo coíbe partidos de oposição, restringe a oposição individual ao Estado e às suas alegações e que exerce um elevado grau de controle na vida pública e privada dos cidadãos.

Desta maneira, fazendo um paralelo com os dias de hoje, vejamos o que interpreta a filósofa sobre esta questão.

As condições em que hoje vivemos no terreno da política são realmente a ameaçadas por essas devastadoras tempestades de areia. [...] O domínio totalitário, como a tirania, traz em si o germe da sua própria destruição. Tal como o medo e a impotência que vem do medo são princípios antipolíticos e levam os homens a uma situação contrária à ação política, também a solidão e a dedução do pior por meio da lógica ideológica, que advém da solidão, representam uma situação antissocial e contém um princípio que pode destruir toda forma de vida humana em comum (Arendt, 2004a, p. 530-531).

Tais regimes totalitários, comentados acima pela autora, configuram politicamente danos ao espaço público, assim como, reflexos negativos na sociedade e consequentemente para a educação enquanto espaço de se estudar, lapidar o pensamento crítico e a formação cidadã dos estudantes.

As inúmeras categorias do pensamento de Hannah Arendt, que envolvem os estudos acerca das reflexões sobre educação e liberdade, nos remetem a reflexões sobre diversos temas relevantes, que, decerto, são muito importantes e valiosos, haja vista, que as pesquisas em Hannah Arendt têm se expandido cada vez mais, segundo pesquisadores e comentadores da filósofa, segundo afirma Müller (2013, p. 4), “são várias as áreas do conhecimento que buscam sustentação teórica em Hannah Arendt e os Encontros Hannah Arendt configuram-se como espaços privilegiados de interação e confluência de interesses científicos acerca de problemas contemporâneos”.

Conversando com o pensamento de Hannah Arendt sobre educação, considerando às sérias deficiências educacionais, ainda vigentes no cenário do nosso atual século, podemos nos debruçar de maneira analítica e crítica sobre o que a pensadora nos diz a respeito da crise na educação:

Uma crise nos obriga a voltar às questões mesmas e exige respostas novas ou velhas, mas de qualquer modo julgamentos diretos. Uma crise só se torna um desastre quando respondemos a ela com juízos pré-formados, isto é, com preconceitos. Uma atitude dessas não apenas aguça a crise como nos priva da experiência da realidade e da oportunidade por ela proporcionada à reflexão (Arendt, 2005, p. 223).

O que vale dizer, que a crise da educação precisa ser combatida com reflexões, mas também com ações que possam apontar caminhos para possíveis transformações, realizadas por aqueles, que têm como missão a responsabilidade de aperfeiçoar positivamente a área da educação enquanto espaço político e pedagógico da construção do conhecimento e da formação da cidadania.

O que faz com que a crise da educação seja tão especialmente aguda entre nós é possivelmente o modo de vida da sociedade moderna, como evidencia Arendt (2020). A sociedade contemporânea da opulência e da abundância, que gira em torno às disputas de poder econômico, termina a se constituir como *olho d'água* da crise, que afeta aqueles que se dedicam à educação das crianças.

Averiguamos de que forma a crise da educação brasileira na práxis educativa concreta supõe disposição para se acompanhar, observar e refletir ações na educação. Às vezes, projetos educacionais, visando aceleração da aprendizagem, diretrizes e referências aplicadas ou a legislação educacional brasileira agravam ainda mais a crise como vemos no seguinte comentário:

Com a promulgação da Lei 9.394/96 (LDB), que estabelece as Diretrizes e as Bases da Educação Nacional, a “progressão continuada”, na prática significando aprovação automática, que em termos legais se aplicaria apenas ao ensino fundamental, atingiu igualmente o ensino médio: feriu a escola e os professores – que não sabiam como lidar com aquela nova situação – de uma forma que foi como se a última gota de autoridade docente escorresse por entre seus dedos. Cada vez mais abandonados a si próprios, os professores acabam, nesse processo, destituídos de legitimidade e reconhecimento social. No lugar dos conteúdos disciplinares, entrou o vazio disfarçado retoricamente de habilidades e competências, o que radicalizou os discursos anteriores de culpabilização dos docentes pelo fracasso escolar, além de se criar um clima de que é possível que os alunos aprendam sozinhos, e de que os professores são representantes de conhecimentos antiquados e petrificados (Andrade, 2012, p. 19).

Desta forma, sucede que os sujeitos têm de lutar por si próprios em busca de reivindicar condições de melhorias do acesso à educação das crianças. Na Educação

Básica, em especial na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, o universo das crianças no processo de educação escolar ganha uma “autonomia” semelhante às responsabilidades inerentes aos professores, condutores dessa educação, o que acaba por igualar ou apagar tanto quanto possível as diferenças entre novos e “velhos”, entre dotados e não dotados, enfim, entre crianças e adultos e, em particular, entre alunos e professores, conforme, Arendt (2005, p. 229). O que faz com que “[...] a crise educacional na América [seja] tão particularmente aguda é o temperamento político do país [...]” (Arendt, 2005, p. 229). Eis aqui uma atitude que Arendt detecta como problemática, “apagar as diferenças”, porque nos parece que a promoção do nivelamento no processo educativo, termina limitando, ou mesmo anulando, a autoridade do professor.

Para Arendt (2005, p. 225), “o papel desempenhado pela educação em todas as utopias políticas, a partir dos tempos antigos, mostra o quanto parece natural iniciar um novo mundo com aqueles que são por nascimentos novos”. A nosso ver, a pensadora se opõe às utopias que querem produzir o mundo do amanhã, numa perspectiva de “intervenção ditatorial, baseada na absoluta superioridade do adulto [...] como se o novo já existisse” (Arendt, 2005, p. 225); no entanto, os novos se constituem como promessa de transformações para o mundo preexistente, mas não cabe aos educadores prescrever as transformações. Serão os novos que poderão realizar ressignificações nos diversos campos da sociedade.

De acordo com Arendt (2010, 2020), o nascimento é um fato incontestável, com potencial político, Arendt (2005, p. 223) atribui grande relevância ao “[...] fato de que seres nascem para o mundo”. A pensadora afirma ser a natalidade o cerne da educação. Desta forma, é como compreendemos minimamente o que o nascimento, uma ocorrência biológica, tem a ver com o tema da natalidade, a chegada de novos habitantes a um mundo preexistente.

As crianças nascem para o mundo e necessitam ser educadas, não somente para existirem e sobreviverem nele, mas para ter a possibilidade de se apropriar dos conhecimentos e das histórias que lhes são legados. Cabe aos adultos participar do poder político, na esfera do exercício da cidadania, considerando a responsabilidade dos adultos, sua capacidade de agir em conjunto, para o bem de todos, especialmente no que se refere à educação das nossas crianças. Arendt (2005), portanto, atribui

responsabilidades aos adultos que ainda não podem ser exigidas dos jovens recém-chegados no mundo, distinguindo aqui o lugar das crianças do lugar dos adultos.

Reafirmamos, com Hannah Arendt (2005, p. 223), que a crise contemporânea da educação é uma oportunidade para refletir sobre o significado da educação sendo que, "a essência da educação é a natalidade, o fato de que seres nascem para o mundo". Portanto, através da educação que as crianças começam a habitar um mundo que já é velho e que ainda permanece desconhecido para os recém-chegados, e, decerto, a educação possibilita apontar novos horizontes para a transformação e inovação do mundo.

Uma crise na educação em qualquer ocasião originaria séria preocupação, mesmo se não refletisse, como ocorre no presente caso, uma crise e uma instabilidade mais gerais na sociedade moderna. A educação está entre as atividades mais elementares e necessárias da sociedade humana, que [...] se renova continuamente através do nascimento, da vinda de novos seres humanos (Arendt, 2005, p. 234).

Assim, a natalidade é um fenômeno incontestável para a renovação do mundo, levando-se em consideração que a criança que chega ao mundo e a nós inesperadamente, aos poucos vai se tornando um indivíduo socializado, isto é, vai se transformando e absorvendo as influências do mundo constituído.

Deste modo, se faz necessário ressaltar o papel da educação de apresentar um mundo que preexiste àqueles que são novos neste lugar; a importância de enaltecer a construção permanente do saber, bem como proporcionar o pensar crítico reflexivo sobre os conhecimentos constituídos, as novas experiências que requerem novas possibilidades inovadoras do saber, assim como as histórias, que as novas gerações herdam dos que lhes antecederam e que se constituem como alicerces do mundo velho diante das possibilidades da configuração do mundo novo, isto é, perante as crianças que já chegaram e das crianças que continuarão a chegar continuamente ao mundo, enquanto advento do vir a ser – *devir*.

A concepção de educação de Arendt é acolher os recém-chegados, apresentar o mundo já constituído de sentido, suas tradições e conhecimentos edificados, o possível papel da escola, inserida no âmbito do processo de ensino e aprendizagem, seu papel de representante do mundo perante a criança, compreender a tarefa do professor, enquanto “[...] representante de um mundo pelo qual deve assumir a responsabilidade, [...]

implícita no fato de que os jovens são introduzidos por adultos em um mundo em contínua mudança” (Arendt, 2005, p. 239). Assim, o professor deve assumir a responsabilidade coletiva pelo mundo, de modo que ele detém autoridade perante os novos.

Salientamos que, enquanto educadores, necessitamos assumir o compromisso primordial de educar as nossas crianças recém-chegadas, bem como os nossos jovens que se encontram inseridos no mundo já constituído de sentidos. Desse modo, educar é acolher as crianças em um mundo que existe antes de seu nascimento, ou seja, a educação é como uma apresentação de um mundo preexistente.

No contexto das nossas considerações sobre o papel da educação no Brasil, sobretudo, na Educação Básica, destacamos que, segundo a Constituição Federal a educação é direito de todos, e, na Emenda Constitucional nº 59 de 2009, lê-se:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 [quatro] aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (BRASIL, Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009).

Portanto, a educação é um direito fundamental, presente na nossa Carta Magna – a Constituição Federal de 1988. Embora seja um direito de caráter essencial, a efetivação do direito a educação ainda não é garantida para todas as crianças. Seguindo as reflexões de alguns teóricos contemporâneos e enquanto educadora e estudante de pedagogia, podemos corroborar que a crise da educação, na atualidade, necessita da nossa análise crítica e ação em busca de aporte também na esfera da filosofia da educação.

Como nos evidencia Aranha (2003, p. 108) quanto à caracterização dos fundamentos filosófico-educacionais: “[...] Se a filosofia é uma reflexão radical, rigorosa e de conjunto que se faz a partir dos problemas propostos pelo nosso existir, é inevitável que entre esses problemas estejam os que se referem à educação”. De tal modo, ao desenvolvermos as habilidades do pensar, decerto que estabeleceremos algumas conexões lógicas e necessárias para o reconhecimento, a definição, a equalização e as soluções de situações-problemas quanto às tomadas de decisões quando nos encontramos inseridos nas diversas atividades e/ou aspectos preocupados em reconfigurar a educação.

Aranha (2003), analisando a construção do conhecimento, salienta a dimensão axiológica da educação, enquanto reflexão acerca dos valores tematizados, bem como, sobre a inversão desses valores que possam estar presentes; temos a dimensão antropológica da educação, enquanto base para a formação dos interlocutores, ou seja, os sujeitos que queremos formar; e, por fim, temos a dimensão epistemológica, dimensão responsável pelas teorias do saber acerca do processo educacional.

Por conseguinte, a teórica aborda três dimensões que alicerçam a educação, a saber: valores, ser humano e saberes. Considerando as três dimensões, nós, enquanto responsáveis pela educação e advindos do mundo velho – que é como o chão em que pisamos –, precisamos educar as nossas crianças numa perspectiva melhor, com esperança! Considerando que não temos como antever o amanhã, mas que podemos apostar no *chão novo* para propiciar inovações para a melhoria e transformações no mundo.

Desse modo, podemos afirmar que o fenômeno da natalidade nos lança no mundo e nos faz participar de uma comunidade com os outros. O ser humano que nasce, torna-se um membro da vida social, assim como as outras criaturas humanas "[...] uma possibilidade sempre presente de atualizarmos [...] a singularidade da qual o nascimento de cada indivíduo é uma promessa; a possibilidade de assumirmos a responsabilidade por termos nascido e de nascermos, assim também, para o mundo" (Correia, 2010, p. 813).

Sendo assim, a relação entre natalidade e liberdade pressupõe interconexão: tendo possibilidades da ação livre no espaço público e de impulsionar ao mundo e realizando inovações partilhadas no âmbito das interações, diante do acontecimento da natalidade, enquanto disposição de dar início algo novo. Cabe a nós aquilatar os nascimentos das crianças que chegam como promessas, configurando novos atores sociais com capacidades de propiciar melhorias importantes no mundo.

Faz-se importante evidenciar aqui os estudos acerca da concepção de liberdade em Hannah Arendt, delineando que a liberdade é entendida pela pensadora como a manifestação dos indivíduos no espaço público, mediados pela linguagem sem coerção, no contexto plural, com singularidade, apontando uma nova ação.

Desta maneira, instaurar algo novo e imprevisível significa romper com o estabelecido no cotidiano. Instaurar o novo é ser capaz de realizar o milagre do inesperado e fazer surgir eventos outrora difíceis. A iniciativa de cada um significa "ação como o começo que deflagra uma nova série de eventos, mas que não pode ser deduzido de eventos precedentes" (Correia, 2008, p. 30).

De acordo com o pensamento de Aristóteles (384-322 a.C.), o homem enquanto tal só pode viver na cidade ou polis; é, por natureza, um animal político, ou seja, social. Somente os deuses ou os animais não têm necessidade da comunidade política para viver; o homem, entretanto, deve necessariamente viver em coletividade. Por conseguinte, não pode levar uma vida moral como indivíduo isolado, mas como membro da sociedade.

Podemos confirmar que as concepções clássicas sobre cidadão sempre estiveram presentes no contexto da polis, das cidades-estados. Temos em Aristóteles o seguinte comentário, (Os Pensadores – Aristóteles, 2004, p. 146): “[...] É evidente que o homem é um animal mais político do que as abelhas ou qualquer outro ser gregário. A natureza, como se afirma frequentemente, não faz nada em vão, e o homem é o único animal que tem o dom da palavra”. Desse modo, as abordagens dos filósofos gregos (século VII ao IV a.C.) como Sócrates, Platão e Aristóteles, buscavam trabalhar os aspectos formativos para o bem, a justiça enfim para a felicidade do ser.

Assim sendo, necessitamos empreender empenhos e princípios significativos para educar nossas crianças e jovens; bem como, oportunizar motivações para os educadores e demais adultos, mais velhos e experientes, acerca da responsabilidade pelo mundo e, por conseguinte, pela educação das crianças e dos jovens.

Diz-nos Arendt (2020, p. 9) que, “a ação, única atividade que se exerce entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem vive na Terra e habitam o mundo”. Vale enfatizar que de acordo com Correia (2002, p. 3), “o que é marcante no pensamento de Hannah Arendt é a consciência do desaparecimento do político nos nossos tempos sombrios, consciência que também atua como ponto de partida de uma reflexão que, [...] tem em mente a ruptura irremediável da tradição”. Podemos fazer uma correlação com a seguinte indagação de Arendt (2004, p. 38): “Tem a Política ainda algum sentido?” Tendo em vista a ruptura da tradição, a pensadora afirma que “tal resposta seria: o sentido da política é a liberdade”.

Nesse sentido, importa questionarmos se a ruptura com a tradição é factualmente irremediável, ou se ainda nos resta refletir sobre expectativas de se promover inovações no mundo presente e preexistente. Valer aqui destacar que a natalidade, o advento dos novos seres humanos, se configura como suma importância, e, possibilidade para se almejar esperança, surgimento de novas ideias para a renovação do mundo.

Para Arendt (2005), o conceito de natalidade está diretamente relacionado à capacidade dos indivíduos de iniciarem coisas novas no mundo, isto é, de serem iniciadores de um mundo inteiramente novo, já que o novo sempre aparece como um milagre, único e singular capaz de novas habilidades e competências, com condições de realizações inesperadas para incrementar transformações para melhorias da sociedade.

Portanto, cada ser novo se compõe como potência de criar algo novo no mundo, empreender algo no mundo, ou seja, iniciativas e recomeços, pois cada um dos indivíduos possui suas singularidades, com potencialidades de fazer e reinventar-se enquanto ser no mundo. Desta maneira, podemos compreender a singularidade como sendo uma capacidade de ação dos sujeitos e, preferencialmente, como o poder de fazer a diferença para melhoria do mundo.

Nesse sentido, os mais velhos, adultos, pais e professores necessitam assumir a responsabilidade pela educação, bem como, pela vida e desenvolvimento da criança e amorosidade pelo mundo, considerando que agir em prol de beneficiar o mundo pressupõe zelar, cuidar, responder e de todas as formas amar o mundo, eis a relação intrínseca da dupla responsabilidade e do amor ao mundo.

Arendt (2005, p. 247) afirma que, "A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele". Já a potencialidade da liberdade do ser humano, propicia a capacidade de iniciar algo inesperado, mas antes de qualquer coisa é preciso acolher os "novos" num espaço comum, ou seja, no mundo que sabemos já constituído e, que é mais velho que as crianças.

Decerto modo os testemunhos do passado também são os "cúmplices" dos professores para despertar nos alunos o amor mundi. É preciso descobrir as pérolas que queremos mostrar aos alunos. No entanto, não se trata de apresentar aos novos somente o que há de belo e admirável. Conhecer o passado também é conhecer o que foi destrutivo em relação ao mundo (Almeida, 2009, p. 97-98).

Deste modo, esses “novos”, que para Arendt (2005) constituem aqueles cujo agir auxiliará melhor nas transformações à sociedade neste mundo conturbado por problemas graves no âmbito da modernidade, tendo em vista, por exemplo, a economia, a política, armamentos que propiciam aumento dos conflitos e violência de toda ordem, dentre outros fatores presentes na sociedade em geral.

Na visão de Arendt (2005), o ser humano na era moderna perdeu a capacidade de se identificar como um ser capaz de “participar da história”, voltando-se cada vez mais para si próprio, como se comportar e agir de maneira egoística, transformando o espaço de aparência em um mero instrumento de convívio social.

No cenário atual evidenciam-se inúmeros problemas presentes no mundo moderno, depreciando a vida social, tais como, mudanças climáticas, destruição dos recursos naturais com as queimadas das florestas, e consequentes desmatamentos; conflitos de grande escala promovendo guerras, conflitos religiosos e racismo estrutural aqui no Brasil.

Há ainda problemas com relação à falta de transparência governamental de alguns políticos, o que gera corrupção, insegurança e comprometimento do bem-estar e, conseqüentemente, as inversões de valores humanos, e violências ameaçando a paz nas escolas, ampliando a crise na educação e, dessa forma, afetando os “novos”.

[...] não se pode, onde quer que a crise haja ocorrido no mundo moderno, ir simplesmente para frente, e tampouco, simplesmente voltar para trás. Tal retrocesso não nos levará a parte alguma, exceto à mesma situação da qual a crise acabou de surgir [...]. Ao considerar os princípios da educação temos de levar em conta esse processo de estranhamento do mundo; podemos até admitir que nos defrontassem aqui presumivelmente com um processo automático, sob a única [...] condição de não esquecermos que está ao alcance do poder do pensamento e da ação humana interromper e deter tais processos (Arendt, 2005, p. 245).

Eis que nos cabe enfrentar os desafios com relação à ruptura com a autoridade e a tradição, enquanto problemática global e estrutural, e que levam à crise da educação. Vale aqui observar, conforme o pensamento de Arendt (2005) que a liberdade, enquanto potencial do ser humano demanda responsabilidade, haja vista que, os “novos” não estão preparados e precisam ser educados com autoridade e

responsabilidade, uma vez que educar requer domínio e uma maior atenção daqueles que já agregam experiências significativas da história, cultura e conhecimentos do mundo preexistente.

Dessa maneira, levando em consideração que, os mais velhos terão deixados de ser “novos” em um mundo já constituído, com valores já estabelecidos, cabe a eles proteger a novidade que vem ao mundo com os jovens, os quais poderão propiciar adventos inesperados, extraordinários, potencialmente capazes para fazer a diferença no mundo, já que o que se pode esperar dos “novos” enquanto novidade se refere a um “espanto”, ao modo filosófico, ou um “milagre” na esfera entre seres humanos, ou seja, algo surpreendente. Isso, por sua vez, nos remete a uma maior responsabilidade dos “velhos” perante aos novos, que certamente chegarão ao mundo como novidades promissoras.

Deste modo, considerando a ótica do pensamento de Arendt, Almeida (2008, p. 3) nos traz a seguinte leitura sobre a relação da liberdade com a educação:

[...] a natalidade é o ponto onde educação e liberdade se encontram. Como condição da nossa existência, a natalidade, porém, nos garante apenas a liberdade em potência. A sua realização depende, por um lado, de um espaço no mundo onde ela possa aparecer – e cuidar disso é tarefa da política. A educação, por outro lado, deve assumir a responsabilidade de preparar os novos para a ação livre.

Nesse sentido, estamos inseridos no mundo, instituído de sentidos e de historicidade, e participamos da dinâmica da existência enquanto atores sociais e coparticipe da história do mundo, o que nos possibilita atuar num cenário de variáveis e possibilidades de interação. Além disso, há uma conexão entre a educação e a liberdade, através da natalidade, o que pressupõe olhar a educação com a devida apropriação para educar as crianças e os jovens e prepará-los para atuar politicamente.

De tal modo, consideramos que a educação contribui para a liberdade, embora a crise na educação implique em inúmeros problemas no cenário político e econômico, gerando impossibilidades para esse alcance. Contudo, Arendt (2005), defende que a liberdade se vincula à singularidade e às potencialidades de cada

pessoa. O que não significa afirmar que a educação de crianças equivalha à ação política, em sentido estrito.

Faz-se importante esclarecer por que Hannah Arendt distingue a educação da política. O que vale aqui considerar, inicialmente, é que Hannah Arendt (2005) se refere ao contexto do cenário político como lugar onde se encontram atores sociais, adultos, realizando interações e decisões.

Nesse sentido, afirma Arendt (2005, p. 225) que, “a educação não pode desempenhar papel nenhum na política, pois na política lidamos com aqueles que já estão educados”. Desse modo, estamos tratando com aqueles que se encontram no mundo “velho”, dotados com experiências significativas, portanto, aptos para promover ações relevantes na esfera pública.

Além disso, salientamos o que nos diz a filósofa sobre a relevância da escola para as crianças com relação ao mundo, “[...] a criança é introduzida ao mundo pela primeira vez através da escola [...]. No entanto, a escola não é de modo algum o mundo e não deve fingir sê-lo; [...] o comparecimento não é exigido pela família, e sim pelo Estado, isto é, o mundo público” (Arendt, 2005, p. 238).

Contudo, podemos inferir que a escola simboliza a sua iniciação no mundo, através da educação. Nessa fase educacional, os adultos adotam a responsabilidade pelos novos - as crianças; no entanto, não significa dizer que exista compatibilidade entre a educação com a política, pois, conforme Arendt (2005), tal condução diz respeito à responsabilidade que cabe aos adultos em uma fase introdutória e transitória das crianças.

[...] no pensamento de Arendt, o divórcio entre os domínios da educação e da política não deve ser tomado como a afirmação do caráter apolítico das instituições e práticas educacionais. Trata-se antes de alocar a relação pedagógica num âmbito intermediário entre esses domínios: numa esfera pré-política que, embora de grande relevância e profundo significado para a ação política, com ela não se confunde, em razão da natureza das relações que engendra e da peculiaridade de seus princípios e práticas. Trata-se, pois, de um esforço analítico para elucidar as especificidades de diversos âmbitos da experiência humana e trazer à tona os diferentes princípios que historicamente se firmaram como impulsionadores e animadores da atividade educativa e da ação política (Carvalho 2014, p. 3).

Em relação à ação política, podemos afirmar que, “os novos” que chegam num mundo já constituído, no futuro poderão agir por sua vez, mesmo que enfrentarão impedimentos de utilizar do seu potencial existencial da liberdade, para gerar e/ou iniciar algo inesperado, tendo em vista um cenário atual desfavorável. No entanto, a esfera da política conta também com uma dimensão de imprevisibilidade, inerente à ação humana que pode iniciar algo inovador com envergadura de gerar transformações favoráveis no mundo. Segundo Almeida (2008, p.478 (14)),

A educação não é uma técnica que procura prever todas as variáveis possíveis de ação das gerações futuras, para daí guiar as crianças pela variável que julgar adequada. Ao contrário, a educação deve se voltar para o velho, que é o “chão” para novo, mas que não o determina.

Acreditamos que, hoje, “os novos” que chegam têm uma concepção de mundo voltada para uma visão com inovações tecnológicas e com uma ideia de desconstrução da *visão cartesiana*, ainda assim, é totalmente provável que os que chegam ao mundo, possam apreender a visão conservadora do mundo, que faz parte da concepção de educação de Arendt (2005, p. 242), “[...] O conservadorismo, no sentido de conservação, faz parte da essência da atividade educacional. [...] Mas isso permanece válido [...] nas relações entre adultos e crianças, e não no âmbito da política, onde agimos em meio a adultos e com iguais”. Portanto, a conservação enquanto atitude no âmbito educacional assume uma autoridade, que é também da essência da atividade da educação.

No que diz respeito às inovações, podemos ver que, hoje, as novas gerações vivem num contexto caracterizado pelo advento das inovações tecnológicas, a inteligência artificial, a robótica, carros elétricos, games desafiadores, dentre outras inovações presentes nos cenários mundiais atuais. Podemos refletir sobre como podemos compreender a desconstrução da visão cartesiana; refletindo sobre as críticas que são realizadas com relação ao pensamento de Descartes (1596-1650), representante da Filosofia Moderna. Esse entendimento geralmente se dá a partir da perspectiva crítica de “[...] quatro pilares: na fragmentação do conhecimento; na separação entre mente e corpo; na impossibilidade do método reducionista para explicação dos fenômenos naturais; e na superioridade da razão como única forma válida do conhecimento” (Chaddad e Ghilardi, 2012, P. 1778). São percepções que terminam fragmentando a visão de homem, no que diz respeito a sua capacidade subjetiva.

Verifiquemos uma demonstração, através da arte, sobre o que seria a desconstrução da visão cartesiana, considerando uma nova configuração do panorama da realidade, não retilínea, mas dialética segundo diz o trecho da música “Como Uma Onda no Mar”, de Lulu Santos e Nelson Motta (1983):

“Nada do que foi será
De novo do jeito que já foi um dia
Tudo passa, tudo sempre passará
A vida vem em ondas
Como um mar
Num indo e vindo infinito (...)”.

Igualmente, embora a educação lide com a novidade das novas gerações e com seu potencial de realizar mudanças, a atividade educativa se caracteriza pelo conservadorismo¹, isto é, observa os valores e fundamentos educacionais presentes no “velho”, onde se encontram enquanto essência educacional a tradição e a autoridade. Pensamos que a concepção de educação em Arendt (2005), que pressupõe a autoridade na sala de aula, representa uma visão educativa assumidamente conservadora. Assim, é preciso:

[...] pensar na criança como um novo ser no mundo. Um novo ser inserido em um mundo velho cheio de possibilidades formativas e com sua história em andamento. Um ser que precisa ser cuidado, pois a sua condição de novo, o coloca em uma perspectiva de incertezas e vulnerabilidades. A escola é o local da formação por excelência, uma vez que nela o conhecimento está sistematizado, nela encontram-se profissionais que devem estar preparados para acolher, proteger e ensinar à criança a inserir-se nesse mundo que deixaremos como herança (Malaquias, 2020, p. 41).

Reafirmamos que o papel da tradição se faz relevante para o pensamento de Arendt (2005), no que diz respeito à educação, conforme já comentamos anteriormente, levando-se em consideração que a tradição está diretamente vinculada à autoridade, uma vez que a escola deverá trazer instrução, isto é, conhecimentos que o aluno não tem devido a sua imaturidade natural enquanto criança. Os alunos, portanto, têm necessidade

¹ A noção de conservadorismo em Hannah Arendt não deve ser confundida com o uso do termo no contexto político atual.

de apreender o mundo velho e, dessa forma, poderão talvez exercer o que se espera de inovação e transformação para melhoria social, econômica, ambiental e política do mundo, isto é, eles poderão cuidar da renovação e da preservação do mundo.

Almejamos, enquanto representantes do “chão velho”, desvelarmos para nós, e também para outros, algumas possibilidades de como contribuir amorosamente para uma qualidade educacional a qual possa eleger princípios conservadores pautados por autoridade e responsabilidade. Por uma educação que exerça o compromisso pelos “novos” que chegam ao mundo “velho”, entretanto, dotados de inúmeras possibilidades para agir de forma extraordinária, com capacidades de transformar o mundo, ainda que com desafios e imprevisibilidades que nos cercam em todas as esferas da sociedade.

Conforme nos declarou Arendt, por amor ao mundo, bem como responsabilidade para com as nossas crianças, cabe às gerações mais velhas o exercício de educá-las para que possam ser protagonistas de um mundo melhor, renovado.

Destarte, através da educação as crianças começam a habitar um mundo que é velho e que ainda permanece incógnito para os recém-chegados. A criança, que chega ao mundo e a nós inesperadamente, aos poucos vai se tornando um indivíduo socializado, isto é, vai se transformando em um de nós. Logo, conforme Arendt (2005), os educadores enquanto representantes do mundo fazem a ligação entre o passado e o presente e devem estar capazes para preparar as crianças para o mundo. As crianças precisam, a princípio, serem protegidas da esfera pública para poderem crescer e viver seu processo de desenvolvimento.

Uma educação pautada no mundo comum é o primeiro passo para o desenvolvimento do senso crítico-reflexivo, pautado em valores humanos e profissionais, pois estamos em constante busca de aprimoramento e de profícuo desenvolvimento humano; uma educação que atenda às necessidades para o exercício da cidadania, uma vez que a liberdade pressupõe responsabilidade.

Vale aqui evidenciar a relação da liberdade com a educação, nas palavras de Almeida (2008), considerando a ótica do pensamento de Arendt, que nos traz uma leitura dessa relação na dimensão da “nossa existência”, tendo em vista o surgimento da liberdade no contexto da responsabilidade em prol do mundo, bem como seu papel na educação no preparo dos novos para agir num futuro na esfera pública cujo espaço é o da liberdade, uma vez que, “as crianças, embora potencialmente livres por terem

nascido, ainda não exercem sua liberdade nesse espaço comum” (Almeida, 2011, p. 29); porém, espaço próprio das ações dos adultos.

As reflexões filosófico-educacionais, até aqui pontuadas, não esgotam as discussões e a busca por outras reflexões no que tange a um projeto educacional que possa subsidiar uma educação voltada para a dimensão ético-humanística, conforme sinaliza Correia (2010, p. 9),

Se há alguma possibilidade de ensinar para o *amor mundi*, cabe antecipar, ela reside no compromisso e na responsabilidade pelo mundo [...] talvez possamos então compreender a razão de a ocupação de Hannah Arendt com o tema de a educação ser mobilizada pelo diagnóstico da crise.

Assim, cabe a cada um manifestar de si para si e para fora as suas possibilidades em contribuir amorosamente por uma qualidade educacional que possa primar por valores humanos, valores arendtianos. “Como comentou Hans Jonas durante o seu funeral, Hannah Arendt tinha uma ‘vocação para a amizade’. O que a movia, segundo ele, era o *Eros der Freundschaft* (o Eros da amizade); e considerava as amizades o centro de sua vida” (Young-Bruehl, 1997, p. 13).

Essa investigação de certo, dará a possibilidade de se buscar os significados e conceitos, aprimorando, assim, a compreensão acerca do pensamento de Hannah Arendt sobre natalidade, responsabilidade, tradição, *amor mundi*, dentre outras importantes categorias para reflexão sobre educação. Arendt (2005, p. 246-247) nos diz que:

Não se pode educar sem ao mesmo tempo ensinar; uma educação sem aprendizagem é vazia e, portanto degenera, com muita facilidade, em retórica moral e emocional. É muito fácil, porém, ensinar sem educar, e pode-se aprender durante o dia todo sem por isso ser educado. Tudo isso são detalhes particulares, contudo, que na verdade devem ser entregues aos especialistas e pedagogos.

Assim, essas reflexões até aqui desenvolvidas decerto nos possibilitarão ampliar nossas compreensões acerca dos significados e conceitos refletidos, aprimorando, dessa forma, a apreensão do pensamento de Hannah Arendt sobre educação e liberdade. Esses dois temas arendtianos constituem inspirações importantes, para se pensar a educação nos dias de hoje, principalmente com o compromisso no âmbito de uma docência ministrada com autoridade, e que assume sua responsabilidade pelo mundo compartilhado.

II LIBERDADE

O presente capítulo tem como intuito tecer reflexões sobre o conceito de liberdade de Arendt, a partir do ensaio intitulado “Que é liberdade?” do livro *Between Past and Future*, onde cada ensaio foi escrito num momento diferente; a coletânea *Entre o Passado e o Futuro* foi publicada pela primeira vez em 1961 e sua última edição em inglês, revista e ampliada, foi publicada em 1968.

O texto, no qual a autora trata sobre liberdade, a nosso ver, insere-se no âmbito da ruptura da tradição filosófica, bem como, da crise no mundo. A filósofa considera que a liberdade, nessa crise, pode vir a ser “o alvo direto da ação política” (2005, p. 192).

Nessa perspectiva, a ação política está imbricada nos interesses dos debates políticos nos cenários da esfera pública, e o sentido da política, assim como a importância da ação política, se refere à prática de regras, leis e normas, bem como a composição de direitos e deveres para gerir as nossas ações.

Amaral (2016, p. 933) afirma que, “para que o ser humano passe a ter direitos e deveres, e os garanta para si, aos outros e no futuro, é preciso que ele se torne um ser político: a ação política requer o agir em conjunto”. De acordo com a filósofa Arendt (2005), na modernidade, o ser humano perdeu essa capacidade de ação, não mais sendo capaz de “fazer a história”, de praticar o agir no âmbito do convívio social.

Diz-nos Celso Lafer (2005, p. 10) que Arendt, em seu livro *Entre o Passado e o Futuro*, “começa por examinar a lacuna entre o passado e o futuro – a crise profunda do mundo contemporâneo – que se traduz no campo intelectual, pelo esfacelamento da tradição”. Crise que se caracteriza pela mobilidade do relativismo que promove um movimento contrário à tradição secular. Mobilidade esta em direção à concepção de fragmentação que se contrapõe a qualquer projeto de unidade.

Dessa maneira, nos chama atenção o pensamento de Arendt sobre a decorrência de uma lacuna na qual se diluiu a dimensão de um conhecimento. Lafer (2005, p. 11) comenta que, “[...] o esfacelamento da tradição implicou na perda da sabedoria [...]”.

Assim, o que se valorizava para o mundo dos sentidos passa a igualmente valer para o mundo da razão humana.

Se voltarmos nosso olhar para a história, conforme Durant e Will (1996), temos o período histórico por volta dos séculos V-VI ao IV a.C., de formação, desenvolvimento, apogeu e declínio das civilizações grega e romana; cujas principais características estavam pautadas pela busca e valorização dos sentidos e do equilíbrio. A dimensão antropocêntrica ganha relevância, sendo que se compreendia o homem como o centro do universo. Destacamos também o rigor da forma e a crença nas leis universais, dentre outros aspectos presentes da Antiguidade Clássica.

Havia a crença da tradição da polis grega de que os cidadãos contribuíam para o bem-comum nas ágoras – praças públicas, e de que o exercício político através das ações, das discussões, entre tensão e persuasão, deu origem à democracia na polis grega. É essa experiência política que inspira Hannah Arendt, que no século XX, se propõe a pensar sobre as origens da liberdade. A partir da crise, Arendt se propõe a pensar sobre as origens dos conceitos tradicionais da política. Arendt (2005, p. 41) comenta que, em seu livro *Entre o passado e o futuro*,

(...) há um componente experimental na interpretação crítica do passado, cujo alvo principal é descobrir as verdadeiras origens de conceitos tradicionais, a fim de destilar deles sua primitiva essência, que tão melancolicamente evadiu-se das próprias palavras-chave da linguagem política – tais como liberdade e justiça, autoridade e razão, responsabilidade e virtude, poder e glória –, deixando atrás de si formas ocultas com as quais se dão quase todas as explicações, à revelia da subjacente realidade fenomênica.

Entre esses conceitos está o da liberdade e, para pensar sobre ele, Arendt lembra a experiência política grega, como dissemos acima. A política estava relacionada com o que dizia respeito ao bem público, à vida em comum, aos princípios, leis e normas de conduta da vida política. Dessa forma, a ação política acontece na esfera pública, e, sobretudo, no ato das decisões e no debate político. No entanto, o que podemos evidenciar é que, na modernidade, se perdeu essa essência presente no âmbito da prática política tradicional.

Nesse sentido, reafirmamos o que comenta Correia (2002, p. 3) sobre Arendt que: “[...] o desaparecimento do político nos nossos tempos sombrios, consciência que também atua como ponto de partida de uma reflexão que, tem em mente a ruptura irremediável da tradição”.

Assim neste contexto, pensaremos, por um lado, acerca da ideia de liberdade como sentido da política, e, por outro lado, sobre a dissolução do espaço público, principiada pela modernidade e agravada pelas experiências políticas do século XX, proeminentes para a compreensão das condições reservadas à política no mundo moderno.

Deste modo, inicialmente, apresentaremos algumas reflexões sobre a crise do mundo moderno, em específico sobre o século XX. Esse século foi marcado pelas duas grandes Guerras, o surgimento de regimes totalitários e outros impactos humanitários sociais, sobretudo, nas dimensões da saúde e da economia mundial.

Houve também dilemas políticos como a bipolarização do mundo no pós-guerra com o mundo dividido em dois polos de poder, e a disputa entre esses dois principais polos que aspiravam comprovar o seu domínio e sua hegemonia. Num polo estavam os Estados Unidos da América, capitalista, e no outro a União Soviética (URSS), socialista, com ideias integralmente opostas. A guerra fria está entre outras questões relevantes que afetaram de maneira drástica o mundo moderno.

A grande obra, *As Origens do Totalitarismo* de Arendt (2004a), se insere nesse contexto do século XX. Destacaremos alguns pontos dessa obra, que, a nosso ver, fornecem um pano de fundo para suas reflexões posteriores sobre a liberdade.

Arendt (2004a) busca examinar as origens históricas e as características políticas comuns dos regimes totalitários, que são o nazismo e o stalinismo, conforme a obra citada acima. Trata-se de sistemas políticos cuja forma de governo não somente coíbe partidos de oposição, restringe a oposição individual ao Estado e às suas alegações, mas que exerce um elevado grau de controle na vida pública e privada dos cidadãos.

Sempre que galgou o poder, o totalitarismo criou instituições políticas inteiramente novas e destruiu todas as tradições sociais, legais e políticas do país. Independente da tradição especificamente nacional ou da fonte espiritual particular da sua ideologia o governo totalitário sempre transformou as classes em massas, substituiu o sistema partidário não por ditaduras unipartidárias, mas por um movimento de massa, transferiu o centro do poder do Exército para a polícia e estabeleceu uma política exterior que visava abertamente ao domínio mundial. (Arendt, 2004a, p. 512)

A teórica Arendt (2004a, p. 516) nos indica que “no corpo político do governo totalitário, o lugar das leis positivas é tomado pelo terror total, que se destina a

converter em realidade a lei do movimento da história ou da natureza”. Desta maneira, fazendo um paralelo com os dias de hoje, vemos o que, ainda, comenta a filósofa sobre esta questão, analisando que a sua obra está inserida e é profundamente influenciada pelos acontecimentos, citados anteriormente, como as duas grandes guerras mundiais, os regimes totalitários, o nazista e o stalinista, e as relações internacionais no contexto da Guerra Fria.

Reencontramos hoje elementos que Arendt destacou como decisivos em sua análise do totalitarismo. O componente ideológico certamente estava presente nesses confrontos, assim como aspectos do medo, solidão, alienação, bem como, alguns dos artifícios da propaganda ideológica que tem como finalidade obter respaldo, a certos grupos, para conseguir seus intentos, manipulando estrategicamente o teor da propaganda ou, hoje, das mensagens veiculadas pelas mídias sociais, permitindo passar determinadas informações e censurando outras.

As condições em que hoje vivemos no terreno da política são realmente ameaçadas por essas devastadoras tempestades de areia. [...] O domínio totalitário, como a tirania, traz em si o germe da sua própria destruição. Tal como o medo e a impotência que vem do medo são princípios antipolíticos e levam os homens a uma situação contrária à ação política, também a solidão e a dedução do pior meio da lógica ideológica, que advém da solidão, representam uma situação antissocial e contém um princípio que pode destruir toda forma de vida humana em comum (Arendt, 2004a, p. 530-531).

No que diz respeito sobre o pensamento acima, conforme apregoa a citação, o contexto do domínio totalitário que, *traz em si o germe da sua própria destruição*, é caracterizado pelo temor e pela fraqueza, que são princípios que destroem a ação política, especialmente, porque resultam numa postura antissocial.

Enfim, o terror e a ideologia foram os elementos centrais dos regimes totalitários. Quando Arendt, em seu livro *Entre o Passado e o Futuro*, se propõe a pensar sobre a liberdade, terá em mente que a liberdade não é algo natural, mas uma realização política, que existiu em alguns momentos históricos, e, no entanto, sempre está sob ameaça.

Se, por um lado, a liberdade como realização humana nunca é garantida, por outro lado, Arendt ressalta, já em *As Origens do Totalitarismo*, que a natalidade, o fato de novos seres humanos nascerem no mundo, é a fonte de uma potencial liberdade, nesse sentido, reflitamos, ainda, sobre o que nos diz a teórica política:

Do ponto de vista totalitário, o fato de que os homens nascem e morrem não pode ser senão um modo aborrecido de interferir com forças superiores. O terror, portanto, como servo obediente do movimento natural ou histórico, tem de eliminar do processo não apenas a liberdade em todo sentido específico, mas a própria fonte de liberdade que está no nascimento do homem e na sua capacidade de começar de novo. No cinturão de ferro do terror, que destrói a pluralidade dos homens e faz de todos aqueles Um que invariavelmente agirá como se ele próprio fosse parte da corrente da história ou da natureza, encontrou-se um meio não apenas de libertar as forças históricas ou naturais, mas de imprimir-lhes uma velocidade que elas, por si mesmas, jamais atingiram (Arendt, 2004a, p. 518).

Podemos ver que Arendt, antes mesmo de publicar um ensaio especificamente sobre o tema da liberdade, se refere à liberdade política que, embora possa ser destruída, ainda surge como potencial, na medida em que, nas palavras de Arendt, mesmo os regimes totalitários ainda têm de lidar com o “fato de que homens nascem e morrem”.

Destarte, retomemos o percurso de reflexão sobre a questão acerca do conceito da liberdade, fruto do ensaio de Arendt (2005) “Que é liberdade?”. A autora inicia por buscar elucidar a dificuldade de responder a questão colocada por ela de forma aprioristicamente.

Desta maneira, comenta que, “Levantar a questão – o que é liberdade – parece ser uma empresa irrealizável” (Arendt, 2005, p. 188). No entanto, na medida em que desenvolvemos a leitura encontramos reflexões sobre a questão. A autora afirma que,

O campo em que a liberdade sempre foi conhecida, não como um problema, é claro, mas como um fato da vida cotidiana, é o âmbito da política. [...] devemos ter sempre em mente, ao falarmos do problema da liberdade, o problema da política e o fato de o homem ser dotado com o dom da ação; pois a ação e política, entre todas as capacidades e potencialidades da vida humana, são as únicas coisas que não poderíamos sequer conceber sem ao menos admitir a existência da liberdade [...] (Arendt, 2005, p. 191-192).

Nesse mesmo sentido, Arendt, ainda, afirma que a liberdade originalmente não é uma “experiência” do pensamento ou da interioridade, como a tradição filosófica nos faz crer, mas um fenômeno político. A ação política se caracteriza por ser realizada por uma pluralidade de pessoas. Lafer (2003, p. 59), nos esclarece que, “A política, entretanto, como aponta Hannah Arendt, se insere num outro contexto e o seu campo é o do pensamento no plural [...] pensar no lugar e na posição dos outros em vez de estar de acordo consigo mesmo”.

O que podemos aprender aqui sobre a liberdade em Arendt é que ela requer pensar sobre como se dão as ações dos sujeitos na esfera pública. Será preciso pensar sobre o vínculo entre o exercício das atividades políticas e a ação no espaço público, na polis, considerando que, na ótica de Arendt (2005), o lugar da liberdade é no campo da política na esfera pública. Segundo o professor Adriano Correia (2020 p. XXIV-XXV):

No prólogo do livro *A condição humana*, Arendt insiste que seu propósito não é fornecer resposta teórica às perplexidades de nosso tempo – não é o de estabelecer uma filosofia política, tal como a tradição a compreendia, portanto –, pois para esses problemas não há uma única solução possível, elas dependem do acordo de muitos e, assim, do intercâmbio público das opiniões de muitos.

Desse modo, podemos ressaltar que, de acordo com Arendt, a liberdade é a razão de ser da política e o seu sentido. O domínio da experiência da liberdade é a ação onde há pluralidade, ou seja, tensão, convencimento, contenda, pressão entre os atores sociais de como sucede o debate. Para Hannah Arendt (2005), a política se ocupa com o mundo humano, o mundo que temos em comum.

Portanto, tudo o que é construído pelo mundo humano necessita de uma ação que se refira a um experimento semelhante à ação política conjunta, plural que possa dar sentido às suas existências considerando o espaço comum, no qual as ações políticas acontecem. Assim, a ação é a atividade humana que se relaciona à condição da pluralidade, ainda que cada um dos sujeitos sociais tenha a sua singularidade, que pode se revelar nas ações exercidas no espaço público, na prática da liberdade enquanto política.

Diz-nos Correia (2020, p. XXXIII) que, “a atividade da ação responde à pluralidade humana confirmando-a, ao reafirmar no ator político a singularidade que seu nascimento já testemunhava”. Dessa forma, entendemos que as ações estão relacionadas às atividades políticas e socioculturais no mundo, nas diferentes perspectivas culturais. Deste modo, podemos citar alguns tipos de diversidades, como: etária, racial, religiosa, identidade de gênero.

Destarte, a pluralidade está relacionada às perspectivas presentes no âmbito das ações e interações políticas que nos levam a mobilizar transformações essencialmente necessárias ao mundo, mas o essa tema também está presente em reflexões de ordem educativa, ou nas culturas pedagógicas:

Nas reflexões pedagógicas, de modo geral, o tema da pluralidade está cada vez mais presente. Termos como multiculturalismo, diversidade cultural, etnia e culturas juvenis fazem parte dos discursos pedagógicos contemporâneos. Isso é reflexo de uma realidade na qual, de fato, convivemos com diferentes culturas, também no espaço escolar, especialmente na escola pública. Na maioria das vezes, destaca-se a importância de respeitar o diferente e de valorizar a diversidade. Isso certamente está em concordância com o conceito arendtiano de pluralidade (Almeida, 2008, p. 10).

No que diz respeito à política, somente quando a pluralidade ganha o seu devido espaço, será possível gerar o potencial de uma liberdade e igualdade política entre as pessoas. Arendt trabalhou acerca da questão da importância do pensamento crítico como guia das ações humanas. Deste modo, no pensamento enriquecedor de Arendt (2004, p. 52),

[...] a ideia de a política ter necessariamente alguma coisa a ver com a liberdade, depois de haver nascido pela primeira vez na polis grega, conseguir perdurar através dos milênios é tanto mais notável e confortador porque quase não existe outro conceito no pensamento e na experiência ocidental que se tenha transformado tanto e também se enriquecido tanto no decorrer desse espaço de tempo.

Igualmente, esse sentido que ocorre na esfera pública toma uma ampla dimensão com relação à transformação e ao comprometimento de inovar e contribuir para a renovação do mundo.

A liberdade em Arendt é política, porque está atrelada à preocupação com o mundo. Somos livres para modificar ou conservar o mundo e não para nos desfazer dele e cuidar de nossas vidas. A liberdade diz respeito à realização de nossos projetos para o mundo, que podem diferir dos meus projetos individuais ou dos do meu grupo social (Almeida, 2008, p. 12).

Comenta Arendt, a palavra e a ação, quando convertidas em política, podem propiciar na esfera política contribuições para o mundo velho, considerando o fato de que, os novos sempre chegam como promessa de renovação no mundo. Dessa forma, podemos verificar que ação e discurso e/ou práxis e logos não são isoladas, tem a ver com a palavra na pluralidade em ação no espaço público para viabilizar condições de realizações no mundo.

Para tanto se faz necessário o uso do debate, do discurso para auxiliar a intencionalidade do que se quer construir, renovar, levando-se consideração o que nos diz Arendt (2020, p. 220) “o fato de o homem ser capaz de agir significa que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável”.

Evidentemente que o pensar, o agir e também a palavra, através do discurso, potencializam consubstancialmente a condição humana no que concerne às capacidades essenciais nas ações e interações para a promoção das melhorias e renovações no mundo velho. Assim sendo, nos diz Arendt (2020, p. 221) que, “nenhuma outra realização humana precisa tanto do discurso quanto à ação”.

A filósofa Arendt (2005) nos lembra de que a liberdade e a política ocorrem quando os agentes políticos agem de forma a pensar de forma plural o bem comum na esfera pública. Desse modo, seu conceito de pluralismo político, defende a importância de existir igualdade política e liberdade, com tolerância e respeito às diferenças, visando à inclusão.

Ao nascermos já existe o mundo e se encontram inseridas no mundo as relações entre os seres humanos, isto é, o que Arendt (2020) denomina de “teia de relações” que se refere à ação imbricada. Assim, analisando o que nos diz a sua obra, *A condição humana*, publicada em 1958, Lafer (2020, Orelha do Livro) comenta sobre a análise fenomenológica das atividades humanas – trabalho, obra, ação – e dos seus traços temporais o seguinte: “A ação [...] é a nota própria da política nas atividades humanas [...]. Está ligada à palavra e à capacidade do agir em conjunto. Tem como base a pluralidade do estar no mundo [...], enseja a liberdade como participação e, nela, o tempo é passagem, e não duração.” Nesse sentido, a pluralidade humana é a *conditio sine qua non* da ação e do discurso no espaço público. Também Torres afirma a vinculação entre política, ação e pluralidade na obra de Arendt:

Dessa forma, a política, tal como Arendt a entende, como criação do novo, do inesperado, como ação plural, resultado do amor ao mundo e não como violência, não somente se apresenta como uma alternativa, como algo realizável, sendo inerente à condição humana, mas também representa uma necessidade, pois é condição para a constituição do indivíduo e da comunidade político-jurídica na qual nos movemos, haja vista que o reconhecimento do outro em sua diversidade não somente repercute na confirmação do sentido da minha vida, mas antes é essencial para a existência daquilo que me transcende, que me precedeu e que provavelmente não desaparecerá após o meu “fim”.

Em outros termos, o mundo comum, as instituições, o Direito, tudo aquilo que pretende realizar a mediação entre homens, erigindo mais pluralidade e menos deserto, mais compartilhamento do que isolamento, só pode ser construído se a política for sinônimo de liberdade (Torres, p. 10, 2007).

Nessa perspectiva, no âmbito dos anseios dos tempos atuais, essa condição do pertencimento e a experiência de usufruir da liberdade geralmente trazem uma sensação

de empoderamento e a ciência de si mesmo. Contudo, ressaltamos que a liberdade, de acordo com o pensamento de Arendt (2005, p. 195), pode não ter lugar nos espaços compartilhados: “Sem um âmbito público politicamente assegurado, falta à liberdade o espaço concreto onde aparecer. Ela pode, certamente, habitar ainda nos corações dos homens como desejo, vontade, esperança”.

De tal modo, vale compreender que a concepção de liberdade política está vinculada à percepção da esfera pública como espaço da ação e da pluralidade. Logo, é nessa esfera onde o novo interrompe o ciclo ou a lógica do que é previsível enquanto fenômeno político. A esfera pública é um espaço de aparência no cenário político, onde se dá o poder da voz e da visibilidade. Neste espaço sempre há disputa, já que seus participantes são plurais.

Do ponto de vista da pessoa singular é relevante aparecer e ser ouvido. Na política os sujeitos podem expor suas perspectivas singulares a respeito de contextos e temas em comum. O discurso, ouvido por outros, e a ação, vista por outros, para Arendt (2005), são o que compõe o jogo político. Portanto, a política é tensa e o que confere realidade a palavras e atos, é o fato de ser visto, bem como ser ouvido, ou seja, aparecer.

Ressaltamos o que nos diz Amaral (2016, p. 935): “O exercício do pensamento político traz consigo a possibilidade de se mover entre o passado e o futuro. Quando os homens se reconhecem como cidadãos, discutem e decidem em grupo há a vivência política.” Assim, os sujeitos políticos se revelam como identidades e singularidades que ocupam o mundo compartilhado.

Segundo Arendt (2005, p. 195) “A liberdade como fato demonstrável e a política coincidem e são relacionadas uma a outros como dois lados da mesma matéria”, uma vez que, para a pensadora, a liberdade na estatura da política não é concebida como um fenômeno da vontade, porém como ação no espaço público.

O mundo humano é ao mesmo tempo cenário e objeto da nossa liberdade. Isso significa que sem ele não haveria a possibilidade de agir livremente. Por isso, há um elemento conservador necessário à própria liberdade. Esta precisa do mundo e se destruímos esse espaço compartilhado e o pulverizamos, transformando-o numa sociedade atomizada, composta por grupos de interesses ou estilos de vida que não têm mais nada em comum a não ser a necessidade de se proteger uns dos outros, destruímos também a liberdade (Almeida, 2008, p. 12).

Importa acentuar a observação destacada por Almeida (2008) sobre a preservação do espaço compartilhado para o exercício da prática da liberdade, pelos sujeitos, atores sociais com as variadas reivindicações, através das discussões e disputas necessárias à esfera pública.

O mundo comum é o cenário, onde ocorre à circulação da palavra, o discurso, ou, em outras palavras, é o palco de aparecimento, onde a ação política, também, tem relação com a natalidade visto que, nascemos para um mundo já instituído, como possibilidade de transformar e renovar o mundo velho tal qual está organizado.

[...] Enquanto o nascimento é um nascimento, um evento por meio do qual somos recebidos na Terra em condições em geral adequadas ao nosso crescimento enquanto membros da espécie, a natalidade é uma possibilidade sempre presente de atualizarmos, por meio da ação, a singularidade da qual o nascimento de cada indivíduo é uma promessa; a possibilidade de assumirmos a responsabilidade de termos nascidos e de nascermos, assim também, para o mundo; de que sejamos acolhidos no mundo por meio da revelação de quem somos mediante palavras e atos; de que nasçamos sempre de novo e nos afirmemos natais, não mortais; a possibilidade, enfim, de que nos tornemos mundanos, amantes do mundo (Correia, Adriano, 2010, p. 3).

Parece-nos que o amor ao mundo ou *amor mundi*, ao qual Correia se refere, está associado às ações entre os homens ou entre os homens e outros seres vivos presentes no meio ambiente como um todo, por conseguinte. Desse modo, podemos inferir que o amor ao mundo se dá, também, através do cuidado, acolhimento, dimensão da alteridade no âmbito das ações e interações de interesse plural.

Assim, a teórica baseia seu pensamento no âmbito das suas aspirações na esfera pública. Relacionado às atividades necessárias para a preservação da vida e do mundo humano do mesmo modo, Teles (s/d, p. 34-35) comenta que:

[...] O interesse da Filosofia política de Arendt é o mundo humano, ou seja, tudo aquilo que homens e mulheres constroem com o objetivo de conciliar sua existência com o espaço comum, no qual se comunicam e interagem. [...] A ação política funda e mantém as instituições responsáveis pela criação das condições para receber os recém-chegados ao mundo. Ao analisar o caráter ativo da condição humana, a filósofa considera algumas características próprias, ou seja, propõe-se pensar as atividades humanas a partir “da coisa produzida – sua localização, sua função e a duração de sua permanência no mundo”, como afirma na obra *A Condição Humana*.

Ressaltamos mais uma vez que é a pluralidade, fato central para a ação política, em que se fundamenta a fenomenologia do aparecer no mundo público, já que segundo

o pensamento de Arendt (2020, p. 10) aqueles para quem eu apreço também aparecem para mim. Dessa maneira, comenta que, “a pluralidade é a condição da ação humana porque somos todos iguais, isto é, humanos, de um modo tal que ninguém jamais é igual a qualquer outro que viveu, vive ou viverá”. Dessa maneira, somos pessoas singulares que têm possibilidades de experimentar a dimensão social política da dimensão plural.

Tecendo, ainda, reflexão sobre a importância da natalidade para a renovação do mundo, destaca-se que no pensamento de Arendt (2020), ainda que o fenômeno da morte exista, outros continuam a chegar. E, cada um ao surgir torna-se uma promessa de renovação do mundo; cada um de nós se constitui como ser novo no mundo, potencialmente capaz de iniciar algo, entendendo aqui a potência conforme o pensador Aristóteles (384-322 a.C.): o ato enquanto existência e a potência enquanto *de vir*, Arendt (2005, 2020). De qualquer maneira, de acordo com Arendt (2005), ainda que reconheçamos a singularidade de cada um dos sujeitos, a ação plural é que revela quem nós somos no mundo.

Ao agir e ao falar, os homens mostram quem são, revelam ativamente suas identidades pessoais únicas, e assim fazem seu aparecimento no mundo humano, enquanto suas identidades físicas aparecem, sem qualquer atividade própria, na conformação singular do corpo e no som singular da voz. Essa revelação de “quem”, em contraposição a “o que” alguém é [...] está implícita em tudo o que se diz ou faz (Arendt, 2020, p. 222).

Segundo os estudos aqui desenvolvidos sobre o texto “Que é liberdade?” podemos corroborar que a filósofa elege a liberdade como um tema fundamental de seu pensamento político. Por fim, concluímos este capítulo com a confirmação sobre a conceituação da liberdade como intrinsecamente vinculada à política à luz do pensamento de Arendt (2005), que se constitui com uma definição uníssona de que essas categorias se encontram nos espaços públicos, nas dimensões das esferas plurais.

Nesse sentido, a pensadora Arendt (2005, p. 192) assegura: “a *raison d’être* da política é a liberdade”, liberdade vivida na ação e discussão entre os pares no espaço público. Vale aqui, também, evidenciar que:

A coragem é a mais antiga das virtudes políticas e ainda hoje pertence às poucas virtudes cardeais da política, porque só podemos chegar no mundo público comum à todos nós – que, no fundo, é o espaço político – se nos distanciarmos de nossa existência privada e da conexão familiar com a qual nossa vida está ligada (Arendt, 2020, p. 53).

Nessa perspectiva, se faz importante delinear algo de novo a partir da nossa capacidade de implementar uma ação que seja plural, inovadora e transformadora, que nos possibilite fazer a diferença para a melhoria social e política.

III NATALIDADE COMO INTERFACE ENTRE EDUCAÇÃO E LIBERDADE

No presente capítulo pretendemos investigar, numa perspectiva filosófica, a noção de natalidade como interface entre educação e liberdade em Hannah Arendt, a partir das obras: *A Condição Humana* (1958), com a finalidade de compreender reflexivamente o que diz respeito da alusão sobre a natalidade, enquanto ponto que possa nos permitir constituir uma conexão entre os seus ensaios denominados de, “A Crise na Educação” e “Que é Liberdade?”. Ambos os ensaios estão presentes na sua obra, *Entre o Passado e o Presente*, cujo título original em inglês é *Between Past and Future* (1954).

Para tanto, se faz necessário caminhar com algumas pistas acerca das trilhas percorridas a partir dos nossos estudos de alguns dos ilustres teóricos arendtianos, que possam nos respaldar acerca dos seus achados, no sentido do apoio que requer um trabalho de carácter académico. Dessa maneira, consideremos uma reflexão propedêutica sobre o que nos diz a professora Vanessa Sievers de Almeida:

A crise na educação, que se encontra em *Entre o passado e o futuro* [...] a nosso ver, não por acaso está na sequência das reflexões da autora sobre a tradição que preserva o mundo e sobre a liberdade, ou seja, a capacidade de transformá-lo. A educação se insere nesse meio: entre um mundo que é mais velho do que as crianças e o potencial renovador que estas trazem consigo. [...] Arendt não estabelece uma relação direta entre educação e liberdade. No seu ensaio sobre educação, a ênfase maior recai no papel da tradição e da autoridade, já que a crise na educação está relacionada à ruptura e perda destas. Contudo, sustentamos que existe uma relação essencial entre os seus conceitos de educação e liberdade, sem a qual não é possível compreender o que para ela significa educar. O sinal mais claro dessa relação é que ambos os conceitos se sustentam num mesmo alicerce: a natalidade (Almeida, 2008, p. 467).

Nesse sentido, se faz importante persistir com a questão acerca de que forma poderá se alcançar reflexões expressivas sobre a noção de natalidade, assim como mostrar seu grau de relevância para o pensamento de Arendt. Nesse sentido, nos apoiaremos nos escritos da própria filósofa, bem como em leituras realizadas por seus/suas estudiosos/as e suas contribuições enquanto apreensões e desenvolvimento de um descortinar do “pensar o que estamos fazendo” à luz da própria autora. Nessa

direção, busquemos o que esses teóricos comentam sobre a natalidade e suas implicações entre educação e liberdade. Gangá e Sousa (2017, p. 13) explicam que,

Natalidade não é um conceito permanentemente biológico em Hannah Arendt, sobretudo, refere-se a um novo começo que pode ser percebido em vários momentos de uma mesma existência particular ou coletiva. Não é simplesmente o nascimento de uma criança, um novo indivíduo no mundo, mas sim a representação de um contínuo recomeço que é apenas anunciado pelo nascimento, mas que configura-se como um modo de agir livremente, em outras palavras, a natalidade é também um começo para a existência política.

Os autores destacam o vínculo entre natalidade e a capacidade humana de fazer começos. Desse modo, examinemos de que forma as abordagens sobre os começos, tematizados pelos inúmeros teóricos arendtianos, nos esclarecem acerca das contribuições de Arendt. Como esses começos podem interagir exitosamente com o nosso trabalho sobre educação e liberdade?

Em “A *vita activa* e a condição humana”, a teórica Arendt (2020, p. 9) tece o seguinte comentário, neste item inicial do primeiro capítulo da sua obra: *A Condição Humana*: “Com a expressão *vita activa*, pretendo designar três atividades humanas fundamentais: trabalho, obra e ação. São fundamentais porque a cada uma delas corresponde uma das condições básicas sob as quais a vida foi dada ao homem na Terra”.

Sendo assim, abre-se uma primeira reflexão acerca da noção da natalidade e sua conexão à condição humana nas três categorias, que Arendt nos traz como alicerces básicos de sustentação da sua obra.

A condição humana do trabalho é a própria vida. [...] A condição humana da obra é a mundanidade [worldliness]. [...] A pluralidade é a condição da ação humana porque somos todos iguais. [...] Todas as três atividades e suas condições correspondentes estão intimamente relacionadas com a condição mais geral da existência humana: o nascimento e a morte, a natalidade e a mortalidade (Arendt, 2020, p. 9-11).

Destacamos que a natalidade, assim como a mortalidade, é uma condição mais geral, que se relaciona com todas as outras condições e as atividades que a ela correspondem. Podemos dizer, porém, que há uma relação mais relevante entre natalidade e ação.

A ação é o modo como os seres humanos lidam com a condição da pluralidade. Além disso, conforme os estudos desenvolvidos sobre a liberdade em Arendt (2005) verificou-se que a liberdade, enquanto ação política, na esfera pública, se refere à pluralidade como sendo: “[...] especificamente a condição - não apenas a *conditio sine qua non*, mas a *conditio per quam* - de toda vida política” (Arendt, 2020, p. 9).

Assim, no âmbito da sociedade, as ações e relações humanas no cenário público, se dão de forma plural tendo em consideração o debate e as decisões que necessitam de deliberações afirmativas, quando coexistem a multiplicidade e a diversidade para viabilizar ações de caráter política. Dessa forma, podemos refletir sobre o que nos diz a pensadora Arendt sobre a indissociabilidade da liberdade e do agir na política:

O surgimento da liberdade, assim como a manifestação de princípios, coincide sempre com o ato em realização. Os homens são livres – diferentemente de possuírem o dom da liberdade – enquanto agem, nem antes, nem depois; pois ser livre e agir são uma mesma coisa (Arendt, 2005, p. 199).

Neste sentido, a natalidade, implica sobre na possibilidade de um novo recomeço para viabilizar a renovação do mundo. O novo acontece a partir do mundo preexistente, haja vista, as referências que permanecem como “chão” velho. Os adultos se encontram nas diferentes instâncias de um mundo já constituído, e, do qual, nos dá uma dada realidade diferentemente do que se encontra à disposição.

A terceira atividade essencial apontada por Hannah Arendt na constituição da vida humana é a ação, que por sua vez, difere do labor e do trabalho na medida em que é a única entre as atividades fundamentais que vai além da simples reprodução e conservação das condições biológicas para a existência humana. Isso porque, para Arendt o ser humano só passaria a integrar o mundo através da mediação de suas ações e palavras, é o que ela chama de segundo nascimento, uma vez que, representa a inserção na vida pública (Gangá e Sousa, 2017, p. 10).

Dessa forma, podemos pensar, sobretudo, a respeito da relevância da constituição da vida podemos pensar, sobretudo, a respeito da relevância de cada vida para a existência humana, pois cada um contribuirá de maneira singular por meio de ações e palavras, e, na medida em que é admitida, na esfera pública poderá contribuir para o mundo humano, para a existência humana, em se tratando a mediação de suas ações e palavras, bem como, condição na integração do mundo a partir do intermédio político da admissão para a esfera pública. Assim, salienta Arendt (2020, p. 11):

A ação na medida em que se empenha em fundar e preservar corpos políticos cria a condição para a lembrança [remembrance], ou seja, para a história. O trabalho e a obra, bem como a ação, estão também enraizados na natalidade, na medida em que têm a tarefa de prover e preservar o mundo para o constante influxo de recém-chegados que nascem no mundo como estranhos, além de prevê-los e leva-los em conta. [...] a ação tem a relação mais estreita com a condição humana da natalidade.

Nessa perspectiva, podemos considerar que a preservação do mundo necessita de ações responsáveis, pautadas em princípios plurais no âmbito do agir nos espaços públicos, daqueles que enquanto espaços públicos, dos adultos, enquanto parte do “chão velho”, os quais por si só carregam experiências que por si só carregam experiências e competências para manterem viva a restauração da história para aqueles que sempre chegam, considerando o fato da natalidade enquanto continuidade do mundo.

Assim sendo, nos é lembrado o axioma, “seja o mundo que você quer ser?”, atribuído ao líder pacifista indiano - Mahtma Gandhi (1869-1948) que nos disse, “Se pudéssemos mudar a nós mesmos, as tendências do mundo também mudariam. À medida que é o homem quem muda sua própria natureza, também a atitude do mundo em direção a ele muda [...]” (Gandhi, 1999, C. 153). Dessa forma, os adultos têm possibilidades para realizar mudanças, transformações, considerando o contexto sobre a liberdade política em que a ação, a responsabilidade e a pluralidade se inserem como ferramentas potenciais para promover mudanças ao mundo.

Nesse sentido, de acordo com o pensamento arendtiano o mundo antecede o nascimento dos novos, recém-chegados, porém sucessivamente necessitarão de ser preparados para a possibilidade da renovação e conservação do mundo, por amor ao mundo. Isso envolve o processo da responsabilidade da educação dos novos no mundo. É a responsabilidade daqueles adultos e maduros, que precisam estar preparados, mais especificamente educadores, pedagogos, conforme denota a tradição, bem como precisam receber o fluxo contínuo das gerações, que possuem a capacidade e possibilidades de sempre começar algo novo e de novo. Assim, verifiquemos as reflexões filosóficas extraordinárias trazidas por Arendt (2005), sobre as possibilidades da ação, entre o passado e o futuro:

No nascimento de cada homem esse começo inicial é reafirmado, pois em cada caso vem a um mundo já existente alguma coisa nova que continuará a existir depois da morte de cada indivíduo. Porque é um começo, o homem pode começar; ser humano e ser livre são uma única e mesma coisa. Deus

criou o homem para introduzir no mundo a faculdade de começar: a liberdade.

[...] Agostinho era, sobre ser cristão, também um romano, e que, nessa parte de sua obra, formulou a experiência política central da Antiguidade romana, ou seja, que a liberdade *qua* começo se torna manifesta no ato de fundação. [...] Estou convencida, no entanto, de que tal impressão se alteraria consideravelmente se as palavras de Jesus Cristo fossem tomadas mais a sério em suas implicações filosóficas. [...] Todos os milagres, tanto os executados por homens como os efetuados por agentes divinos, devem ser sempre: interrupções de uma série qualquer de acontecimentos, de algum processo automático, em cujo contexto constitua o absolutamente inesperado (Arendt, 2005, p. 216-217).

Vale salientar, aqui, sobre o milagre enquanto surpresa, manifestação de algo, ou uma consequência inesperada acerca do que os conhecimentos construídos ou a serem construídos - que todos passaram ou terão de experimentar, no campo da experiência da vida, como quer seja numa perspectiva do pensamento dialético heraclitiano acerca do movimento acerca do ser e do não-ser, quer sejam como, “processos vitais naturais que dirigem nosso organismo e que em seus próprios parâmetros, isto é, biologicamente, conduzem do ser para o não-ser, do nascimento para a morte” (Arendt, 2005, p. 218). Sendo assim, temos na dimensão das experiências da vida a dimensão natural do caminhar para a vida, no entanto a possibilidade da não-vida, para a morte se constitui como um fato inerente a mobilização do ser.

A vida sempre caminha para o seu fim, mas Arendt nos lembra da capacidade humana de fazer começos. Destarte, no pensamento de Arendt temos os seguintes comentários que nos diz muito sobre a existência e capacidades humanas. Conforme Arendt (2005, p. 218), “se é verdade que ação e começo são essencialmente idênticos, segue-se que uma capacidade de realizar milagres deve ser incluída também na gama das faculdades humanas”. Desse modo, a teórica, continua nos impulsionando sobre essa temática da ação-começo-milagre, dizendo o seguinte: “É da própria natureza de todo início o irromper no mundo como uma ‘improbabilidade infinita’ [...] justamente esse infinitamente improvável que constitui de fato a verdadeira trama de tudo que denominamos de real” (Arendt, 2005, p. 218).

Dessa forma, a imprevisibilidade nos leva agir de tal modo inesperadamente que pode resultar numa ação extraordinariamente nova, capaz de surpreender. É isso que confirma a própria pensadora: “É em virtude desse elemento “miraculoso” presente em toda realidade que os acontecimentos, por mais que sejam antecipados com temor ou

esperança, nos causam comoção e surpresa uma vez que se tenham consumado” (Arendt, 2005, p. 219).

Desse modo, nos possibilita aqui articular um pouco sobre o pensamento de Arendt (2005); também refletir acerca dos acontecimentos que se nos apresentam enquanto realidade que se constrói na dimensão histórica e na própria ação da esfera pública, do nosso dia a dia, uma vez que no pensamento de Arendt (2005) embora que a vida da política tenha se “petrificado”, bem como a impossibilidade da ação política em intervir quanto o possível acerca do cerne dos procedimentos espontâneos. De qualquer maneira, ainda, vejamos o que nos diz o pensamento de Arendt sobre as questões da “improbabilidade” e dos “milagres”:

Escolhi o exemplo dos processos naturais que são interrompidos pelo advento de uma “infinita improbabilidade” para mostrar que a maior parte daquilo que chamamos real na experiência ordinária veio a existir mediante coincidências que são mais extraordinárias que a ficção. É claro que o exemplo possui suas limitações, e não pode ser meramente aplicado ao âmbito dos assuntos humanos. Seria pura superstição aguardar milagres, o “infinitamente improvável”, no contexto de processos históricos ou políticos automáticos, embora nem mesmo isso possa ser completamente eliminado. [...] Mas o motivo dessa frequência está simplesmente no fato de que os processos históricos são criados e constantemente interrompidos pela iniciativa humana, pelo *initium* que é o homem enquanto ser que age. Não é, pois, nem um pouco supersticioso, e até mesmo um aviso de realismo, procurar pelo imprevisível e pelo imprevisível, estar preparado para quando vierem e esperar “milagres” na dimensão da política (Arendt, 2005, p. 219).

Nessa perspectiva de Arendt (2005) sobre a capacidade de o homem buscar o “imprevisível” e pelo “imprevisível”, cabe-nos refletir que aqueles que assumem o “chão” velho a princípio já conseguiram operar nessa frequência de inícios e interrupções, na dimensão do agir e trilhar, no fazer da liberdade política, bem como constituir com suas ferramentas a continuidade da história que os novos necessitam apreender enquanto possibilidades reais de inovar o mundo.

Até porque diante da crise sempre existe a possibilidade de um hiato que propicie o início de algo, como diz Arendt (2005, p. 219): “com quanto mais força penderem os pratos da balança em favor do desastre, mais miraculoso parecerá o ato que resulta na liberdade, pois é o desastre e não a salvação que acontece sempre automaticamente e que parece sempre, portanto irresistível”. De qualquer sorte, continuamos persistindo no propósito acerca da potencialidade da ação enquanto propiciar começos que sejam imprescindíveis às realizações das pluralidades na

dimensão dos discursos, propícios nos cenários públicos de atuações da liberdade política, uma vez que,

Se a ação, como início, corresponde ao fato do nascimento, se é a efetivação da condição humana da natalidade, o discurso corresponde ao fato da distinção e é a efetivação da condição humana da pluralidade, isto é, do viver como um ser distinto e único entre iguais.

A ação e o discurso são tão intimamente relacionados porque o ato primordial e especificamente humano deve conter, ao mesmo tempo, resposta à pergunta que se faz a todo recém-chegado: ‘Quem és?’ Essa revelação de quem alguém é está implícita tanto em suas palavras quanto em seus feitos; [...] embora grande parte dos atos, senão a maioria deles seja realizada na forma de discurso. De qualquer modo, desacompanhada do discurso, a ação perderia não só o seu caráter revelador, como, e pelo mesmo motivo, o seu sujeito, por assim dizer: em lugar de homens que agem teríamos robôs executores a realizar coisas que permaneceriam humanamente incompreensíveis. A ação muda deixaria de ser ação, pois não haveria mais um ator; e o ator, realizador de feitos, só é possível se for, ao mesmo tempo, o pronunciador de palavras (Arendt, 2020, p. 220-221).

Assim, compreender a capacidade do sujeito agir de forma plural, contudo permanecendo a sua capacidade singular para agir dentre os iguais; acreditamos que a ação e o discurso são intimamente relacionados porque praticamente à pergunta já se pressupõe uma resposta subjacente à formulação da questão que já contempla a própria pergunta. Do mesmo modo, no pensamento de Arendt (2020) se faz impraticável ocorrer alguma realização sem o uso do discurso, considerando a legitimidade na práxis da ação e das relações humanas.

Dessa forma, o agente necessita do seu desvelamento para que a ação contenha um sentido possível de realizar a liberdade política numa dimensão plural. Afinal, “o que está em jogo é o caráter de revelação, sem o qual a ação e o discurso perderiam toda relevância humana” (Arendt, 2020, p. 226). Ainda nessa direção, Arendt afirma que “a ação é, de fato, a única faculdade humana operadora-de-milagres” (Arendt, 2020, p. 305). De tal modo, vale a pena enfatizar aqui uma possibilidade extraordinária de reflexão a respeito da interface entre a natalidade e a liberdade:

O milagre que salva o mundo, o domínio dos assuntos humanos, de sua ruína normal, ‘natural’ é, em última análise, o fato da natalidade, no qual a faculdade da ação se radica ontologicamente. Em outras palavras, é o nascimento de novos seres humanos e o novo começo, a ação de que são capazes em virtude de terem nascido. Só a plena experiência dessa capacidade pode conferir aos assuntos humanos fé e esperança, essas duas características essenciais da existência humana que os gregos antigos ignoraram por completo, por depreciarem a fé como uma virtude muito incomum e pouco importante, e computarem a esperança entre os males da ilusão contidos na caixa de Pandora. É essa fé e essa esperança no mundo que encontra sua expressão talvez mais gloriosa e mais sucinta nas breves

palavras com as quais os Evangelhos anunciaram sua “boa nova”: “Nasceu uma criança entre nós” (Arendt, 2020, p. 306).

Eis que vale a pena, considerar que essa reflexão se realça na perspectiva do amor ao mundo, considerando os novos que continuamente nos chegam como “boa nova”, e nos impulsiona a desvelar uma esperança de probabilidade “milagrosa” acerca do que se espera. Podemos dizer que o mundo fica iluminado, ao se renovar com a vinda dos recém-chegados, que são como sementes que germinam o “chão” novo: “Assim, a criança, objeto da educação, possui para o educador um duplo aspecto: é nova em um mundo que lhe é estranho e humano e é um ser humano em formação” (Arendt, 2005, p. 234-235).

Nesse aspecto as crianças necessitam de cuidados e acolhimento para que sejam devidamente preparadas para se desenvolverem e para que possam, no futuro, agir com maturidade e com capacidade, que os adultos em princípio possuem para agirem com liberdade e pluralidade na esfera pública. Outrossim, se faz necessário evidenciar a importância do papel da educação escolar:

[...] educar é acolher as crianças, que nascem para o mundo, mas ainda não o conhecem. Preparamos os "recém-chegados" para que futuramente possam assumir e renovar esse lugar que lhes será legado. Para tanto, é preciso familiarizá-los com o mundo para que possam apreciá-lo a tal ponto que percebam que vale a pena "apostar" nele e se empenhar em sua transformação (Almeida, 2008, p. 467).

Para tanto, se faz necessário que a educação desempenhe o seu papel junto às crianças e jovens, considerando a sua essência que se insere nas dimensões da tradição e da autoridade daqueles que têm como princípios preparar os que ainda se encontram imaturos para agirem. Segundo Arendt (2005, p. 233), “a criança é um ser humano em desenvolvimento, [...] a infância é uma etapa temporária, uma preparação para a condição adulta”. Assim como requer dos adultos uma responsabilidade ao longo da vida em crescimento:

Os pais humanos, contudo, não apenas trouxeram seus filhos à vida mediante a concepção e o nascimento, mas simultaneamente os introduziram em um mundo. Eles assumem na educação a responsabilidade, ao mesmo tempo, pela vida e desenvolvimento da criança e pela continuidade do mundo. Essas duas responsabilidades de modo algum coincidem; com efeito podem entrar em mútuo conflito. A responsabilidade pelo desenvolvimento da criança volta-se em certo sentido contra o mundo: a criança requer cuidado e proteção especiais para que nada de destrutivo lhe aconteça de parte do

mundo. Porém também o mundo necessita de proteção, para que não seja derrubado e destruído pelo assédio do novo que irrompe sobre ele a cada nova geração (2005, p. 235).

Faz-se relevante a ação de se proteger e cuidar as crianças, devido ao caráter essencial por serem sujeitos de direitos, considerando também o pensamento de Arendt (2005) no que diz respeito à geração formada pelos recém-chegados. No que tange a proteção das crianças e jovens, conforme podemos verificar acerca da Convenção da ONU onde temos na Legislação do Brasil, a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, a qual dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dá outras providências. Assim sendo, averiguemos em parte, a relevância do seu teor:

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sancionado em 13 de julho de 1990, incorporou os avanços preconizados na Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas e trouxe o caminho para se concretizar o Artigo 227 da Constituição Federal, que determinaram direitos e garantias fundamentais a crianças e adolescentes.

Considerado o maior símbolo dessa nova forma de se tratar a infância e a adolescência no país, a ECA inovou ao trazer a proteção integral, na qual crianças e adolescentes são vistos como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento e com prioridade absoluta. Também reafirmou a responsabilidade da família, sociedade e Estado de garantir as condições para o pleno desenvolvimento dessa população, além de colocá-la a salvo de toda forma de discriminação, exploração e violência.

Para garantir a efetivação da proteção integral, governo e sociedade civil trabalham em conjunto por meio dos conselhos municipais, estaduais, distrital e nacional dos direitos da criança e do adolescente. Com caráter deliberativo e composição paritária, essas instâncias fazem o controle das políticas públicas e estão entre os principais atores do Sistema de Garantia de Direitos (SGD). É nesse contexto que o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, por meio da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) consideram o fortalecimento e a articulação entre esses órgãos colegiados como estratégias fundamentais para a promoção e a defesa dos direitos de crianças e adolescentes (Brasil, 1990).

O presente Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) confere um amplo documento assegurador dos direitos e cuidados das crianças e dos adolescentes. Verifiquemos, também, de que forma as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI), quanto à sua Proposta Pedagógica e Diversidade (2010), descrevem neste documento, apreciando a relevância da proteção no campo da educação infantil:

As propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil deverão prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem:

- ✓ O reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação;
- ✓ A dignidade da criança como pessoa humana e a proteção contra qualquer forma de violência – física ou simbólica – e negligência no interior da instituição ou praticadas pela família, prevendo os encaminhamentos de violações para instâncias competentes (Brasil, 2010, p.21).

Tais documentos referenciados, anteriormente, são importantes para a criança, assim como para a sociedade de um modo geral, uma vez que o desenvolvimento humano e a responsabilidade social imprimem um alto grau de incumbência por parte dos adultos, das famílias, principalmente em agir em prol do “chão” novo que se encontra sob sua proteção, de tal modo que Arendt comenta o seguinte:

Por precisar ser protegida do mundo, o lugar tradicional da criança é a família, cujos membros adultos diariamente retornam do mundo exterior e se recolhem à segurança da vida privada entre quatro paredes [...] constitui um escudo contra o mundo e, sobretudo, contra o aspecto público do mundo. Elas encerram um lugar seguro, sem o que nenhuma coisa vida pode medrar. Isso é verdade não somente para a vida da infância, mas para a vida humana em geral (2005, p. 235-236).

Prosseguindo as reflexões sobre a responsabilidade do mundo e amparo às crianças recém-chegadas acerca dos perigos, pensamos que o próprio mundo, também, pode oferecer proteção diante de ações impróprias de certos adultos que ameaçam o próprio mundo e as pessoas de bem, assim como os novos, que merecem cuidados e seguramente proteção das armadilhas e do desamor de toda ordem devido à inversão dos valores humanos. Segundo Arendt (2005, p. 243), “o mundo, visto que feito por mortais, se desgasta [...] corre o risco de tornar-se mortal como eles. Para preservar o mundo contra a mortalidade de seus criadores e habitantes, ele deve ser, continuamente, posto em ordem”.

Daí a necessidade de se cultivar o amor ao mundo e conseqüentemente se buscar a paz que se almeja alcançar, uma vez que o mundo precisa ser conservado pelos adultos, “chãos” velhos, experientes, inseridos numa dimensão de historicidade e que de certo possuem as ferramentas imprescindíveis para empregar em benefício do equilíbrio do mundo. Assim, assevera a seguir o professor Adriano Correia, numa síntese relevante, acerca do pensamento da filósofa Arendt sobre o *amor mundi* em relação à liberdade e a educação:

Hannah Arendt assume justamente que o mundo só se torna um lugar habitável e a convivência suportável e desejável se assumirmos por amor ou gratidão a responsabilidade por ele e se por amizade e respeito interagirmos com nossos pares. Sem isto, o mundo converte-se em um deserto, como ela assinala na conclusão de *As origens do totalitarismo*. Não obstante, em certo sentido, na medida em que o mundo sempre precisa de iniciadores para que não pereça, é sempre um deserto. [...] O impulso para a ação brota do desejo de estar na companhia dos outros, do amor ao mundo e da paixão pela liberdade. Ao agir, o indivíduo confirma o desejo de que o mundo e os outros persistam, assim como sua memória. O conteúdo do amor mundi é a responsabilidade, compreendida como resposta a, cuidado de condução para, adesão a, decisão por, dizer sim. Se há alguma possibilidade de ensinar para o amor mundi, cabe antecipar, ela reside no compromisso e na responsabilidade pelo mundo traduzida naqueles que o apresentam. Se se trata então de responsabilidade pelo mundo, talvez possamos então compreender a razão de a ocupação de Hannah Arendt com o tema da educação ser mobilizada pelo diagnóstico da crise. (Correia, 2010 p. 819).

Diante da expressão *amor mundi* se faz relevante um olhar para o mundo como ética da ação política que requeira uma compreensão de ampliar o cuidado e a atenção ao meio ambiente humano. Desse modo, que possibilite ações e relações sociais com respeito à alteridade e aspirantes ao prosseguir de modo que as singularidades que coexistem possam discordar, mas também dialogar e expor suas ideias.

Entretanto, acima de tudo, edificar, agir em conjunto com zelo com relação aos pares, independente de como essas pessoas esteja a caminhar na direção dos cenários públicos. Bem assim, também, podemos tratar aqui de uma dimensão educacional:

Nas reflexões pedagógicas, de modo geral, o tema da pluralidade está cada vez mais presente. Termos como multiculturalismo, diversidade cultural, etnia e culturas juvenis fazem parte dos discursos pedagógicos contemporâneos. Isso é reflexo de uma realidade na qual, de fato, convivemos com diferentes culturas, também no espaço escolar, especialmente na escola pública. Na maioria das vezes, destaca-se a importância de respeitar o diferente e de valorizar a diversidade. Isso certamente está em concordância com o conceito arendtiano de pluralidade (ALMEIDA, 2008, p. 10).

Sendo Assim, persistindo consecutivamente nos ambientes escolares conduzindo o desenvolvimento das crianças e jovens ao longo do processo educacional, assim como na formação da cidadania responsável, para que possam ser protagonistas da transformação do mundo. Enquanto condição necessária para a própria existência da humanidade, onde a natalidade e o nascimento representem, continuamente, a permanência da promoção da vida e do amor ao mundo tendo em vista de uma apreensão compreensiva de que,

A natalidade não é idêntica ao nascimento, que consiste na condição inaugural fundamental da natalidade. Enquanto o nascimento é um acontecimento, um evento por meio do qual somos recebidos na Terra em condições em geral adequadas ao nosso crescimento enquanto membros da espécie, a natalidade é uma possibilidade sempre presente de atualizarmos, por meio da ação, a singularidade da qual o nascimento de cada indivíduo é uma promessa; a possibilidade de assumirmos a responsabilidade por termos nascido e de nascermos, assim também, para o mundo; de que sejamos acolhidos no mundo por meio da revelação de quem somos mediante palavras e atos; de que nasçamos sempre de novo e nos afirmemos natais, não mortais; a possibilidade, enfim, de que nos tornemos mundanos, amantes do mundo (Correia, 2010, p. 813).

Desta forma, cabe-nos refletir sobre o advento da natalidade com a natureza humana, possibilidade sucessivamente de desenvolvimento, através das nossas ações numa perspectiva de uma dimensão plural na esfera pública, em considerando a singularidade da qual o nascimento de cada indivíduo se traduz em comprometer-se para uma renovação contínua do mundo. Segundo o que nos diz o professor Adriano Correia,

Hannah Arendt compreendia o político antes de tudo como resultado do amor ao mundo. Estava certa de que os males humanos não deixarão de nos fazer companhia e, ao mesmo tempo, de que a única maneira de fazer com que a corrupção não seja amplamente danosa e uma ferida sempre aberta é o fortalecimento das instituições públicas, o envolvimento dos cidadãos na vida política e o desenvolvimento de virtudes associadas à cidadania, como a probidade e a participação (Correia, 2006, p. 1).

Decerto que a dimensão da liberdade política esta imbricada com o amor ao mundo que por sua vez tem intensas implicações com a ação e com a pluralidade na esfera pública, onde se instaura o discurso e, portanto, “a fundação de um corpo político é para Arendt o maior exemplo da capacidade humana de criar o novo” (Abreu, 2004, p. 149). Considerando, ainda, o cerne destas tematizações acerca do pensamento político de Arendt (2005), retomando, aqui, alguns aspectos do teor político do pensamento arendtiano, segundo algumas categorias já trabalhadas ao longo do nosso trabalho, citemos mais um trecho da pesquisadora, Prontamente Abreu, especializada na filosofia política de Hannah Arendt, comenta que:

A natalidade, tratada por Arendt como condição humana que, ao lado da pluralidade, caracteriza a ação, diz respeito à capacidade que os seres humanos têm de realizar algo novo, capacidade decorrente do simples fato de que os homens nascem e justamente por meio da ação, que permite aos indivíduos romper a cadeia de acontecimentos e fatos. A ação carrega consigo a novidade e deve ser espontânea. Com todo esse potencial atribuído à ação, a impressão que permanece é a de que tudo pode emergir dela e de que sua espontaneidade não possui limites. Arendt fala que “milagres” – e

milagre, aqui, tem o sentido de algo absolutamente inesperado – podem acontecer com a realização da ação (Abreu, 2004, p. 147-148).

Nesse aspecto, considerando a ação enquanto cerne da teoria política de Arendt, o que nos é retratado, aqui, se refere à noção de natalidade enquanto condição humana, no âmbito da pluralidade, que possibilita proporcionar transformações no mundo, as quais são caracterizadas como realização milagrosa. Arendt refere-se a uma ação potencializada de forma imprevista, com perspectivas que possibilitam uma ocorrência que denote uma inovação, haja vista, um resultado inesperado.

Por conseguinte, trata-se de uma ocorrência de caráter original como se resultasse em um “milagre”, algo surgido de forma inusitada, inesperada, assim como que um advento e como avanço para o mundo, um resultado como mencionado, quão intensamente uma realização do novo – avanço para o mundo. Por conseguinte, afirmando o que Arendt tem nos dito, e considerando as inúmeras explicações dos estudiosos e especialistas sobre a potencialidade da “ação”, vejamos, além disso, mais uma dessas ponderações reflexivas de Abreu (2004, p. 159):

A ação em concerto arendtiana e a comparação entre a política e as chamadas “artes de realização” sugerem uma metáfora que pode ser assim formulada: os indivíduos que se lançam ao mundo para agir, são como músicos que vão tocar, cada um com seu instrumento, com outros músicos, sem ensaiar, improvisando. Eles têm de seguir algumas regras, a partir das quais podem criar livremente. Não seguem qualquer maestro. A diferença é que, na situação da metáfora, se os músicos forem de alta qualidade, é bem provável que o resultado seja bom e haja o assentimento da plateia, expresso pelo aplauso. Na política, a emergência da liberdade – aquilo que lhe dá sentido, na perspectiva de Hannah Arendt – é algo extraordinário: um milagre.

Desse modo, lançar-se ao mundo é deveras uma das mais belas artes de realização da ação, em considerando a possibilidade de se alcançar algo que seja admirável. Isso parece envolver tanto o amor ao mundo quanto os cuidados com o “chão” novo – as crianças enquanto representantes de novos começos, novas possibilidades no mundo. Assim sendo, verifiquemos o que seja o alcance do *amor mundi* no pensamento filosófico e mesmo político para Hannah Arendt. Nas palavras da arendtiana, pesquisadora e professora Vanessa Sievers de Almeida, encontramos que:

O que vem a ser esse *amor mundi*? Qual é o mundo a ser amado e o que podemos entender por amor? [...]. Embora diversos estudos do pensamento de Arendt tenham ressaltado o *amor mundi* como um traço essencial de seu pensamento, a própria autora não explana sua compreensão dele; pelo contrário, em diversos momentos ela se refere o amor como um sentimento

antipolítico e anti-mundo. No ensaio *A crise na educação*, o caráter enigmático desse amor ao mundo e sua grandeza aparecem de modo significativo. Este é um dos raros momentos em sua obra em que a autora menciona explicitamente o *amor mundi*, afirmando ser a educação o ponto decisivo para nosso amor ao mundo e às crianças. Contudo, tampouco aqui ela oferece uma conceituação ou se detém nos possíveis desdobramentos desse amor no âmbito educacional, nem aponta suas implicações para as relações que, na escola, estabelecemos com o mundo e as crianças (Almeida, 2009, p. 10).

Conforme Almeida (2009, p. 10), é no seu ensaio sobre educação que Arendt “menciona explicitamente o *amor mundi*, afirmando ser a educação o ponto decisivo para nosso amor ao mundo e às crianças”, eis que nos provoca a pensar em tratar-se uma bela resposta filosófica, que nos permite gerar novas reflexões, que nos seja capaz de suscitar um desvelamento ao aproximar-se da essência do *amor mundi* genuína às crianças, sobretudo, no que se refere à educação dos recém-chegados, puderem fazer jus a toda nossa atenção – de forma desmesurada, no ensejo que alcancemos que as nossas crianças, enquanto “chão” novos, nos possibilitem ser capazes de promover um mundo melhor, num futuro de paz e de amor entre os homens de boa vontade:

As variáveis futuras são infinitas, porque os seres humanos são capazes não apenas de escolher entre alternativas dadas, mas de criá-las com sua ação. De certo modo, a educação aumenta ainda mais a imprevisibilidade do futuro, porque prepara as crianças para agir livremente, isto é, para começar o novo que, por se tratar de crianças, sequer pode ser contido por promessas. É, entretanto, nessa imprevisibilidade assustadora que reside nossa esperança de um mundo melhor (ALMEIDA, 2008, p. 14).

É possível tecer uma reflexão sobre a imprevisibilidade do futuro, a partir do adágio, “o futuro a Deus pertence”. Também podemos lembrar o Novo Testamento, da mensagem no Evangelho de Mateus 6:34 (Bíblia, Mateus, 6:34, p. 830) de acordo com a NTLH (Nova Tradução na Linguagem de Hoje, lançada no ano 2000 pela Sociedade Bíblica do Brasil): “Por isso, não fiquem preocupados com o dia de amanhã, pois o dia de amanhã trará as suas próprias preocupações. Para cada dia bastam as suas próprias dificuldades”.

Diante disto, podemos refletir que nas palavras de Arendt (2020, p. 302): “o poder estabilizador inerente a faculdade de fazer promessas sempre foi conhecido em nossa tradição. [...] a grande variedade de teorias do contrato confirma, desde os tempos de Roma, que o poder de fazer promessas ocupou, o centro do pensamento político”.

Contudo se faz essencialmente necessário dar a atenção às ações do aqui e agora, para que consigamos semear o “chão” novo, em se tratando de um cenário de possibilidades de se pensar livre e agir pautado de pluralidade, para que a nossa colheita seja repleta de *amor mundi*. Assim, enfatizamos o que nos diz o professor Correia, à luz do pensamento de Hannah Arendt, no texto, “*O pensar e a moralidade*”:

Hannah Arendt ressalta que o objeto do nosso pensar é a experiência, e nada mais. Ele está enraizado na experiência e só tem algo a dizer sobre o mundo se permanece nessa condição. [...] O pensamento é sempre “re-pensado”, uma vez que pensa depois da coisa – o que implica, para Hannah Arendt, que não possa haver “qualquer processo de pensamento sem experiência pessoal”, aquilo que permite recordar o acontecido, de modo análogo a como a vontade projeta antecipando o que não se deu. [...] O pensamento é inconcebível sem discurso, precisa deste para entrar em atividade – eles contam um com o outro. A linguagem é o veículo e a forma o pensamento (Correia, 2002, p. 142-143).

Neste propósito podemos dizer que nas palavras de Arendt (2002, p. 146) “O que é pensar?”. Claro que se trata de uma indagação acerca de alguma problemática, mesmo hipotética, o que nos proporciona certa aflição ao tentarmos responder, sobretudo, porque pensar requer um esforço desmedido, considerando que o exercício do pensar é exigente e demanda, “[...] examinar, refletir sobre tudo aquilo que vem a acontecer, independente de qualquer conteúdo específico e de resultados [...]” (Arendt, 2002, p. 146), de qualquer maneira se faz necessário o veículo da linguagem conforme a citação acima vislumbrada.

Quiçá busquemos conceber um futuro melhor, plural, renovado a partir das nossas capacidades de *pensarmos o que estamos fazendo*, inspirando-nos na filósofa e, especialmente sobre o que *estamos fazendo*, no que nos contempla o pensamento de Hannah Arendt de acordo com as reflexões alcançadas a partir dos renomados especialistas, que escreveram sobre a noção de natalidade como interface entre educação e liberdade.

CONCLUSÃO

Ao buscar refletir sobre educação e liberdade em Hannah Arendt, no âmbito da filosofia da educação, deparamo-nos com alguns dos importantes fatos acerca da historicidade contemporânea bem como contextualizações acerca do pensamento de alguns dos filósofos da antiguidade, medieval e contemporâneos; noções acerca de como se dá a crise na educação, especialmente configurada na Modernidade, e, visões acerca das concepções da educação das crianças e jovens.

As diversas crises foram configuradas a partir da quebra da tradição e conseqüentemente a inversão de valores, como, por exemplo, a perda da autoridade enquanto valor essencial presente na visão educacional de Hannah Arendt. Podemos verificar, numa perspectiva contextualizada, sobre a quebra dos valores instaurados desde a Antiguidade da Grécia, bem como, também presentes na Modernidade numa leitura da América do Norte.

Também de uma forma geral, verificaram-se alguns dos dados sobre os fatos ocorridos no âmbito das ocorrências políticas dos regimes totalitaristas na Europa como o nazismo (1933-1945) e o stalinismo (1924-1953), regimes totalitários que cristalizaram-se os elementos de uma crise do mundo moderno. Essa crise não chegou ao fim com o final do totalitarismo, e, no que diz respeito à educação, Arendt nos apresenta uma série de reflexões quanto às conseqüências encontradas sobre como a educação se distanciou com sua essência da tradição e autoridade na condução educacional junto às crianças e jovens.

Também refletimos sobre educação e liberdade no pensamento de Hannah Arendt, bem como sobre natalidade, que constitui uma interface entre educação e liberdade no pensamento arendtiano. Lemos vários especialistas no intuito de buscar elucidar, filosoficamente, como auxiliar no desenvolvimento da educação das crianças e jovens, considerando que o processo de construção do conhecimento se dá de forma contínua, assim como na crença de que o ser humano é um sujeito inacabado, e, portanto, capaz de operar “milagres”, ou seja, inovações surpreendentes no mundo.

Destarte, enquanto educadora se faz importante disponibilizarmos a empreender esforços de forma desmedida e assumirmos responsabilidade pelo mundo, ou, como diz

Arendt, ter amor ao mundo. Assim, cabe-nos contribuir de forma significativa no desenvolvimento e responsabilidade acerca das exigências do mundo com relação às diversas demandas quer seja no plano social, ou na esfera ambiental, nos dias de hoje. Empreender no âmbito das ações plurais e na esfera pública, com a finalidade de possibilitar descortinar o novo nas diversas áreas sociais, principalmente na área educacional.

Ao analisar os conceitos de educação e de liberdade em Hannah Arendt, pudemos evidenciar uma série de escopos de caráter filosófico-educacional direcionado em prol da educação, especialmente da educação das crianças e jovens, metaforicamente mencionados como “chãos” novos, ou seja, apostando para as possibilidades das crianças de hoje, amanhã, se tornarem protagonistas de um mundo melhor, renovado, cujas inovações sejam capazes de promover melhorias no âmbito ambiental, social, tecnológico, educacional, dentre inúmeras possibilidades de viabilizar a dignidade humana, e como diria Lafer (1997, p. 1) à luz das contribuições do pensamento de Hannah Arendt: “a cidadania é o direito a ter direitos, pois a igualdade em dignidade e direito dos seres humanos não é um dado. É um construído da convivência coletiva, que requer o acesso a um espaço público comum”.

Afinal de contas, podemos afirmar que o mundo continua com muito desamor diante de tantas mazelas que continuam existindo, tais como: guerras, novas epidemias, fome, degradações humanas, ambientais, sociais, políticas, degradações de toda ordem! Contudo, podemos e devemos compreender que nos *é preciso saber viver* e nos inspirar para que, sucessivamente possamos utilizar da liberdade e das ferramentas pedagógicas, bem como das ações constituídas de pluralidade para buscar realizar no espaço comum o belo o qual somos potencialmente capazes de realizar através da intencionalidade do educar, movidos pelo amor ao mundo.

De acordo com as reflexões evidenciadas nas nossas investigações, através das leituras de mundo junto à Hannah Arendt e seus especialistas, verificamos que tais abordagens buscam contemplar os anseios da educação para essa passagem de século XXI do qual já se passaram duas décadas, contudo, ainda conclamamos por justiça social, paz, respeito, civilidade, responsabilidade social, pluralidade, liberdade enquanto política que possa agir e realizar, enfim, observância aos valores humanos, os quais se referem justamente à multiplicidade de compreensões a seu respeito, seja na perspectiva

docente de auxiliar os estudantes de uma forma geral, mas principalmente as crianças e jovens, numa ação pedagógica voltada para seleção de estratégias pedagógicas que possam contemplar valores educacionais presentes na tradição. E, dar lugar à autoridade de um educar que possa almejar o *amor mundi* e a responsabilidade social, onde se possa promover uma conscientização de formação pedagógica que contemple a construção do sujeito, seja enquanto possibilidades de envolvimento da dimensão ética e humana no trabalho docente. Sendo assim, que possa favorecer conhecimentos de teor filosófico-educacional, bem como políticos oportunizados, através reflexões sobre o pensamento educacional e político em Hannah Arendt.

Precisamos compreender que atuar no âmbito da docência mister se faz agregar valores, como responsabilidade, pluralidade, amor ao mundo, respeito e devido cuidado com a educação, além de ser necessário continuar pensando sobre possíveis interfaces da educação com a liberdade política, dentre outros valores tematizados. Vimos à compreensão de Arendt acerca da natalidade enquanto essência da educação. Decorremos também que a condição da natalidade faz de nós seres capazes de iniciar algo novo. Nesse sentido, entendemos que a natalidade é a interface entre a educação e liberdade política enquanto promessa de inovação do mundo segundo o pensamento em Hannah Arendt.

É extraordinário considerar, ainda, que no contexto contemporâneo é difícil, mas não impossível, uma atividade docente eficaz, uma educação em valores humanos que se encontram subjacentes a uma formação condizente, muitas vezes, consideradas banais e sem maiores consequências, e que podem ter efeito positivo, auxiliando aos estudantes a refletir sobre as suas potencialidades, habilidades e competências técnicas e humanas. É preciso confiar e acreditar na capacidade dos estudantes em criar situações educativas de forma que eles possam se expressar ao se lançar ao mundo de forma condigna.

Vale a pena, enfatizar que a partir das análises realizadas, chegamos à conclusão de que o novo cenário político-social do século requer uma formação humana e profissional consistente, na qual os recursos tecnológicos e as novas ferramentas possam contribuir, também, nas tomadas de decisões, afinal de contas fazendo uma transposição didática enfatizamos o que nos diz Kotler (2021) sobre a tecnologia 5.0 direcionada para a humanidade: estamos diante do “desafio de atender cinco gerações

diferentes: os baby boomers, as gerações X, Y e Z e a geração Alfa” (Kotler, 2021, p. 33). Tais reflexões referem-se a uma perspectiva da responsabilidade educacional, atenta ao fato da natalidade, ou seja, o fato de que sempre convivemos com recém-chegados no mundo. A existência dos mais novos é como uma promessa de futuras ações no mundo – as crianças e jovens de hoje poderão ser os atores políticos de amanhã. Assim sendo, enfatizamos, ainda, o que nos diz o professor Kotler (2021, p. 34) sobre, “os desafios de atender diferentes gerações – cada geração é moldada por um ambiente sociocultural e uma experiência de vida diferente”. Nesse sentido, abrem-se perspectivas de se alcançar um mundo renovado com maior responsabilidade para se lançar às ações livres no espaço comum.

Assim, acreditamos ter cumprido com o nosso propósito em demonstrar como o nosso trabalho aponta caminhos possíveis de serem trilhados e/ou compartilhados para que não ocorra em definitivo à estagnação do sujeito quanto ao espanto e admiração pelo saber, fazer, conhecer e ser cidadão de uma nova era cuja efervescência cultural, mercadológica, educacional e política possa vislumbrar e favorecer o desenvolvimento humano.

Importa-nos refletir diante de mais um belo pensamento arendtiano o qual nos é recomendável como um novo ponto de partida para uma futura possibilidade de produção, através do inspirador pensamento filosófico: “[...] a manifestação do vento do pensamento não é um conhecimento; é a habilidade de distinguir o certo do errado, o belo do feio. E nos raros momentos em que as cartas estão abertas sobre a mesa, isso pode, de fato, impedir catástrofes, ao menos para mim mesmo” (Arendt, 2002, p. 167-168).

Finalmente, algo tem que ser feito, acima de tudo porque necessário se faz eticamente que o ser humano de uma forma geral, assim como minha geração enquanto “Baby Boomers” [os nascidos entre 1946 e 1964] (Kotler, 2021), viva dignamente no mundo! O que exige muito daqueles que têm o ideal de educar!

REFERÊNCIAS

ABREU, Maria Aparecida. **Hannah Arendt e os limites do novo**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2004.

ALMEIDA, Vanessa Sievers de. **Educação e liberdade em Hannah Arendt**. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v.34, n.3, p. 465-479, set./dez. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ep/v34n3/v34n3a04.pdf>> . Acesso: 05.10.2023.

ALMEIDA, Vanessa Sievers de. **Amor mundi e educação**: reflexões sobre o pensamento de Hannah Arendt. 2009. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. doi:10.11606/T.48.2009.tde-08122009-160028. Acesso em: 2023-09-16.

AMARAL, Juliana Scherdien. **Hannah Arendt e a Liberdade na Política**. RELACult –Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e SociedadeRevista Latinoamericana de Estudios en Cultura y Sociedad | Latin American Journal of Studies in Culture and SocietyV. 02, Ed. Especial, dezembro, 2016, p. 929-936| periodicos.claec.org- ISSN2016/Atual: 2525-7870 | e-ISSN2015/2016:2447-018X. Disponível em: <<https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/331/185>> Acesso em: 29 Set. 2023.

ANDRADE, Flávio Rovani de. **A compreensão dos elementos pré-totalitários na educação, segundo Hannah Arendt**. 2012. 2008 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1619104>. Acesso em: 16 set. 2023.

ARANHA, M^a Lúcia Arruda. **Filosofia da educação**. 2^a. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

_____. MARTINS, M^a. Helena Pires. **Filosofando**: uma introdução à filosofia. 3^a. ed. ver. Atual. São Paulo: Moderna, 2004.

ARENDRT, Hannah. **A Dignidade da Política** – Ensaio E Conferência. Tradução: Helena Martins, Frida Coelho, Antonio Abranches, César Almeida, Claudia Drucker e Fernando Rodrigues. 3^o ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002. P. 167-168.

_____. Responsabilidade e julgamento. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **Ideologia e terror**: uma nova forma de governo. In: ORIGENS DO TOTALITARISMO – ANTI-SEMITISMO, IMPERIALISMO, TOTALITARISMO. São Paulo: Companhia das Letras, 2004a. P. 512-531.

_____. Introdução à Política II. In: **O que é política?** Tradução de Reinaldo Guarany. 5^a ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2004b. P. 38-44.

_____. **Entre o passado e o futuro.** Tradução de Mauro W. Barbosa. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. **Que é Liberdade?** In.: **Entre o passado e o futuro.** Tradução de Mauro W. Barbosa. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. **A Crise na Educação.** In: Entre o passado e o futuro. Tradução de Mauro W. Barbosa. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. P.

_____. **A condição humana.** 13^a. ed. Tradução de Roberto Raposo; revisão técnica e apresentação Adriano Correia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível em: <file:///D:/Documentos/Ufba%202021.2/EDC%20290%20Educ%20Infantil/diretriz_escurriculares_2012.pdf> Acesso em 19 de Out. de 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10650040/artigo-208-da-constituicao-federal-de-1988/artigos>> Acesso em 17 de set. 2023.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990a. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/eca-2023.pdf>> Acesso em: 18 de Out. de 2023.

<file:///D:/Documentos/Ufba%202021.2/EDC%20290%20Educ%20Infantil/diretrizescurriculares_2012.pdf>

CARVALHO, José Sérgio Fonseca de Carvalho. **Política e educação em Hannah Arendt:** distinções, relações e tensões. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/3pCQMcfmF6DgGqhyznTpsh/?format=html&lang=pt>>. Acesso em 10 de out. 2023.

CHADDAD, Flávio Roberto. GHILARDI, Renato Pirani. **O LEGADO DE DESCARTES.** ENCICLOPÉDIA BIOSFERA, Centro Científico Conhecer - Goiânia, v.8, N.14; p.1778 - 2012. Disponível em: <<https://www.conhecer.org.br/enciclop/2012a/humanas/o%20legado.pdf>>. Acesso em: 05 de Out. 2023.

CHAUÍ, Marilena. **Convite À Filosofia.** 5. ed. São Paulo: Ática, 1995.

CORREIA, Adriano. **O DESAFIO MODERNO** – Hannah Arendt e a Sociedade de Consumo. In.: MORAES, Eduardo Jardim de. BIGNOTTO, Newton (Organizadores), 2002.

_____. (Introdução). **Transpondo o Abismo**: Hannah Arendt – Entre a Filosofia e a Política. Rio de Janeiro: FORENSE UNERSITÁRIA, 2002.

_____. **Hannah Arendt (1906-1975). Revista Ética & Filosofia Política** (Volume 9, Número 1, junho/2006) Disponível em: <file:///D:/Documentos/UFBA%202023.2/TCC/TEE%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Liberdade/ACFrOgCK95WJQj_6wiBguKj18mqaCONzsNuwKIDbOw1CS3V11YBaTvndzWb4vRWX16t_vRU4doflTi9eDhYFpZ40nK86BsJzjhqxyTvu_E1NhoH4iDm4FHjrNKB9sdEvumHsQdQvxL_bjHYHcw.pdf>. Acesso em: 20 de Out. de 2023.

_____. **O significado Político da Natalidade**: Arendt e Agostinho. In: CORREIA, Adriano e NASCIMENTO, Mariangela (ORG.) Hannah Arendt – Entre o passado e o futuro. Juiz de Fora: UFJF, 2008.

_____. **Natalidade e amor mundi**: sobre a relação entre educação e política em Hannah Arendt. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.36, n.3, p. 811-822, set./dez. 2010. Disponível em: <file:///D:/Documentos/UFBA%202023.2/TCC/Natalidade%20e/transferir%20Adriano%20Correia.pdf>. Acesso em 19 de Out. de 2023.

_____. **“PENSAR O QUE ESTAMOS FAZENDO”**. In: ARENDT, Hannah. A condição humana. 13ª. ed. Tradução de Roberto Raposo; revisão técnica e apresentação Adriano Correia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020. P. XIII-LXVII.

DURANT, Will. Os Pensadores - **A HISTÓRIA DA FILOSOFIA**. São Paulo – SP: Nova Cultural, 1996. Tradução de Luiz Carlos do Nascimento.

GALLEFI, Dante Augusto. **Filosofar & Educar – inquietações pensantes**. Salvador: Quarteto, 2003.

GANGÁ, Fabíola Porto. SOUSA, Joelson Pereira de. **A possibilidade do novo**: o conceito de natalidade em Hannah Arendt. Revista DIALEKTIKET, V. 1 n. 2 - 2017. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/dialektike/issue/view/138> Acesso em: 02 de Out. 2023.

KOTLER, Philip. KARTAJAIA, Hermawan. SETIAWAN, Iwan. **Marketing 5.0**: tecnologia para a humanidade. Tradução de André Fontenelle. I. ed. – Rio de Janeiro: Sextante, 2021.

LAFER, Celso. USP, Faculdade de Direito, ONU, Genebra. **A reconstrução dos direitos humanos**: a contribuição de Hannah Arendt - Dossiê Direitos Humanos • Estud. av. 11 (30) • Ago 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/9Sr35XjVCx9L7Ws7QypPMrG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 de nov 2023.

_____. **DA DIGNIDADE DA POLÍTICA: SOBRE HANNAH ARENDT** (Prefácio). In: ARENDT, Hannah. Entre o passado e o futuro. [Tradução de Mauro W. Barbosa]. 5ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez Editora, 1994.

MALAQUIAS, Vera Lúcia Santos Mutti. **NARRATIVAS, AFETOS E PENSAMENTOS: HANNAH ARENDT E A RESPONSABILIDADE NA EDUCAÇÃO**. Salvador, 2020. Disponível em: <<https://repositoriohml.ufba.br/bitstream/ri/33436/1/VERA%20DISSERTA%C3%87%C3%83O%20FINAL.pdf>>. Acesso em 10 de out. de 2023.

MORAES, Eduardo Jardim de. BIGNOTTO, Newton. (Orgs). **HANNAH, Arendt - Diálogos, reflexões, memórias**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

MÜLLER, Maria Cristina (Organizadora). **Encontro Hannah Arendt. Anais do VII Encontro & IV Ciclo. Hannah Arendt: POR AMOR AO MUNDO** - Londrina, 08 a 10 de maio de 2013. Departamento de Filosofia da Universidade Estadual de Londrina. Disponível: em: <<http://www.uel.br/cch/filosofia/pages/arquivos/Eventos/Anais%20VII%20Encontro%20Hannah%20Arendt%203.pdf>> Acesso em 06 de out de 2023.

PENA-VEGA, Alfredo. ALMEIDA, Cleide R. S. PETRAGLIA, Izabel (Orgs). **Edgar MORIN: Ética, Cultura e Educação**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, Lulu e MOTA, Nelson. **Como uma Onda** (Zen surfismo). ©Universal Music Publishing Group. Lançamento: 1983. Disponível em: <[https://www.google.com/search?q=SANTOS%2C+Lulu+e+MOTA%2C+Nelson.+Como+uma+Onda+\(Zen+surfismo\).+%C2%A9Universal+Music+Publishing+Group.+Lan%C3%A7amento%3A+1983&rlz=1C1CHBD_pt-PTBR1002BR1002&oq=SANTOS%2C+Lulu+e+MOTA%2C+Nelson.+Como+uma+Onda+\(Zen+surfismo\).+%C2%A9Universal+Music+Publishing+Group.+Lan%C3%A7amento%3A+1983&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOdIBCTU0NzIqMGoxNagCALACAA&sourceid=chrome&ie=UTF-8](https://www.google.com/search?q=SANTOS%2C+Lulu+e+MOTA%2C+Nelson.+Como+uma+Onda+(Zen+surfismo).+%C2%A9Universal+Music+Publishing+Group.+Lan%C3%A7amento%3A+1983&rlz=1C1CHBD_pt-PTBR1002BR1002&oq=SANTOS%2C+Lulu+e+MOTA%2C+Nelson.+Como+uma+Onda+(Zen+surfismo).+%C2%A9Universal+Music+Publishing+Group.+Lan%C3%A7amento%3A+1983&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOdIBCTU0NzIqMGoxNagCALACAA&sourceid=chrome&ie=UTF-8)>. Acesso em 11 de Nov. de 2023.

TELES, Edson Luís de Almeida, Ano 2, Nº.7, **Revista Discutindo FILOSOFIA**. São Paulo: escala educacional, s/d.

TELES, Maria Luiza Silveira. **Filosofia para jovens: uma iniciação à filosofia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

WAGNER, Eugênia Sales. **Amor e Ética no Pensamento de Hannah Arendt**. 2006. 290 f. Tese (Doutorado em Filosofia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/11714>> Acesso em: 14 Nov. de 2023.

YOUNG-BRUEHL, Elisabeth. **Por Amor ao Mundo: a vida e a obra de Hannah Arendt**. Tradução de Antônio Trânsito. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.